



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — N.º 102

DISTRITO FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1958

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 28 do mês em curso e 2 e 4 de setembro próximo às 14 horas, no Palácio da Câmara dos Deputados, conhecerem os vetos presidenciais aos projetos abaixo relacionados:

Dia 28 de agosto:

Projeto de Lei (n.º 2.234, de 1957, na Câmara dos Deputados, e n.º 84, de 1958, no Senado Federal) que cria o Fundo Portuário Nacional a Taxa de Melhoramentos dos Portos, e da outras providências.

Dia 2 de setembro:

Projeto de Lei (n.º 918 de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 102, de 1958, no Senado Federal) que estende aos contínuos e serventes dos órgãos autárquicos e parastatais da União, assim também compreendidas as Estradas de Ferro e Empresas de Navegação incorporadas ao Patrimônio da União e do Serviço Público Federal, as disposições dos arts. 1.º e 3.º da Lei n.º 1.721, de 4 de novembro de 1953.

Dia 4 de setembro:

Projeto de Lei (n.º 476, de 1955, na Câmara dos Deputados e n.º 101, de 1956, no Senado Federal) que dispõe sobre o Código do Ministério Público do Distrito Federal e da outras providências.

Senado Federal, em 7 de agosto de 1958.

Senador FREITAS CAVALCANTI

2.º Secretário, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO (*)

N.º 7, de 1958

Aprova os dois Protocolos relativos a emendas à "Convenção sobre Aviação Civil Internacional".

Art. 1.º — São aprovados os dois Protocolos relativos a emendas à "Convenção sobre Aviação Civil Internacional", concluída em Chicago a 7 de dezembro de 1944, ratificada pelo Brasil a 26 de março de 1946 e promulgada pelo Decreto n.º 21.713, de 27 de agosto de 1946.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de junho de 1958.

Senador Cunha Mello

1.º Secretário no exercício da Presidência

PROTOCOLOS A QUE SE REFERE O DECRETO LEGISLATIVO N.º 7, DE 1958, PUBLICADO NO "D.C.N." E "D.O." DE 26-6-1958

PROTOCOLO RELATIVO A UMA EMENDA A CONVENÇÃO SOBRE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL

A Assembleia da Organização da Aviação Civil Internacional,

Tendo-se reunido em Montreal, em sua Oitava Sessão, em primeiro de junho de 1954, e

Considerando que é desejável emendar a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago aos sete dias de dezembro de 1944,

Aprovou, aos quatorze dias de junho de mil novecentos e cinquenta e quatro, de acordo com as disposições do Artigo 94, alínea a), da mencionada Convenção, a seguinte proposta de emenda:

— No final do Artigo 45 da Convenção, substituir o ponto final por uma vírgula e acrescentar as seguintes palavras: "e, não sendo em caráter provisório, por decisão da Assembleia. Para tal decisão será neces-

sário o número de votos fixado pela Assembleia. O número de votos assim fixado não poderá ser inferior aos três quintos do número total dos Estados contratantes".

Determinou, em virtude do disposto no citado Artigo 94, alínea a), da mencionada Convenção, que o projeto de emenda acima indicado não entrará em vigor senão depois de ratificado por quarenta e dois Estados contratantes, e

Decidiu que o Secretário-Geral da Organização da Aviação Civil Internacional redija um Protocolo nas línguas inglesa, francesa e espanhola, cada uma das quais fará igualmente fé, com a emenda proposta, anteriormente mencionada, e as disposições que se seguem.

Em consequência, de acordo com a decisão acima referida da Assembleia,

O presente Protocolo será assinado pelo Presidente e pelo Secretário-Geral da Assembleia;

O presente Protocolo será submetido à ratificação de todos os Estados contratantes que ratificaram a Convenção sobre Aviação Civil Internacional ou a ela aderiram;

Os instrumentos de ratificação serão depositados na Organização da Aviação Civil Internacional;

O presente Protocolo entrará em vigor no dia do depósito do quadragésimo segundo instrumento de ratificação para os Estados que o tiverem ratificado até essa data;

O Secretário-Geral notificará imediatamente a todos os Estados contratantes o depósito de cada instrumento de ratificação do presente Protocolo;

O Secretário-Geral notificará imediatamente a todos os Estados contratantes da Convenção ou signatários da mesma a data da entrada em vigor do presente Protocolo;

O Protocolo entrará em vigor, para todos os Estados contratantes que o ratificarem posteriormente, na data do depósito dos respectivos instrumentos de ratificação na Organização da Aviação Civil Internacional.

Em fé do que o Presidente e o Secretário-Geral da Oitava Sessão da Assembleia da Organização da Aviação Civil Internacional, a tanto autorizados pela Assembleia, assinam o presente Protocolo.

Feito em Montreal aos catorze dias do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e quatro, em um único exemplar, nas línguas inglesa, francesa e espanhola, cada uma das quais fará igualmente fé. O presente Protocolo será depositado nos arquivos da Organização da Aviação Civil Internacional e cópias autenticadas do mesmo serão enviadas pelo Secretário-Geral da Organização a todos os Estados contratantes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago aos sete dias de dezembro de 1944, bem como aos outros Estados signatários da mesma. *Walter Binaghi*, Presidente da Assembleia. — *Carl Ljungberg*, Secretário-Geral da Assembleia.

PROTOCOLO RELATIVO A CERTAS EMENDAS A CONVENÇÃO SOBRE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL

A Assembleia da Organização da Aviação Civil Internacional,

Tendo-se reunido em Montreal, em sua oitava Sessão, em primeiro de junho de 1954, e

Considerando que é desejável emendar a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago aos sete dias de dezembro de 1944,

Aprovou, aos catorze dias de junho de mil novecentos e cinquenta e quatro, de acordo com as disposições do Artigo 94, alínea a), da mencionada Convenção, as seguintes propostas de emenda:

— No artigo 46, alínea a), substituir a palavra "anualmente" pela expressão "pelo menos uma vez cada três anos";

— No artigo 49, alínea e), substituir a expressão "um orçamento anual" pela expressão "orçamentos anuais"; e

(*) Reproduzido por ter sido publicado sem os Protocolos que seguem.

— No artigo 61, substituir as expressões "um orçamento anual, prestação de contas anual" e "aprovará o orçamento", respectivamente, pelas expressões "orçamentos anuais", prestações de contas anuais" e "aprovará os orçamentos",

Determinou, em virtude do disposto no citado Artigo 94, alínea a), da mencionada Convenção, que os projetos de emendas acima indicados não entrarão em vigor senão depois de ratificados por quarenta e dois Estados contratantes, e

Decidiu que o Secretário-Geral da Organização da Aviação Civil Internacional redija um Protocolo nas línguas inglesa, francesa e espanhola, cada uma das quais fará igualmente fé, com as emendas propostas, anteriormente mencionadas, e as disposições que se seguem,

Em consequência, de acordo com a decisão acima referida da Assembleia,

O presente Protocolo será assinado pelo Presidente e pelo Secretário-Geral da Assembleia;

O presente Protocolo será submetido à ratificação de todos os Estados que ratificaram a Convenção sobre Aviação Civil Internacional ou a ela aderiram;

Os instrumentos de ratificação serão depositados na Organização da Aviação Civil Internacional;

O presente Protocolo entrará em vigor no dia do depósito do quadragésimo-segundo instrumento de ratificação para os Estados que o tiverem ratificado até essa data;

O Secretário-Geral notificará imediatamente a todos os Estados contratantes o depósito de cada instrumento de ratificação do presente Protocolo;

O Secretário-Geral notificará imediatamente a todos os Estados contratantes da Convenção ou signatários da mesma a data da entrada em vigor do presente Protocolo;

O Protocolo entrará em vigor, para todos os Estados contratantes que o ratificarem posteriormente, no dia do depósito dos respectivos instrumentos de ratificação na Organização da Aviação Civil Internacional.

Em fé do que, o Presidente e o Secretário-Geral da Oitava Sessão da Assembleia da Organização da Aviação Civil Internacional, a tanto autorizados pela Assembleia, assinam o presente Protocolo.

Feito em Montreal aos catorze dias do mês de junho de mil novecentos e cinquenta e quatro, em um único exemplar, nas línguas inglesa, francesa e espanhola, cada uma das quais faz igualmente fé. O presente Protocolo será depositado nos arquivos da Organização da Aviação Civil Internacional e cópias autenticadas do mesmo serão enviadas pelo Secretário-Geral da Organização a todos os Estados contratantes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago aos sete dias de dezembro de 1944, bem como aos outros Estados signatários da mesma. — Walter Binaghi, Presidente da Assembleia. — Carl Ljungberg, Secretário-Geral da Assembleia.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 23,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— As assinaturas, feitas em qualquer época, poderão ser semestrais, com exceção das do exterior, que serão sempre anuais.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente — Senador Apolônio Salles.

1.º Secretário — Senador Cunha Mello.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Victorino Freire.

4.º Secretário — Senador Domingos Vellasco.

1.º Suplente — Senador Mathias Olympio.

2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Líderes e Vice-Líderes Da Maioria

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líderes:

Gaspar Veloso.

Lima Guimarães.

Gilberto Marinho.

Lameira Bittencourt.

Da Minoria

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Filinto Müller.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Lima Guimarães.

Vice-Líderes:

Mourão Vieira.

Saldo Ramos.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeiras.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Reginaldo Cavalcanti.

Vice-Líder: Lino de Mattos.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Novais Filho.

Comissão Diretora

Apolônio Salles — Presidente.

Cunha Mello.

Freitas Cavalcanti.

Victorino Freire.

Domingos Vellasco.

Mathias Olympio.

Prisco dos Santos.

Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.

Daniel Krieger — Vice-Presidente (1).

Gilberto Marinho.

Benedito Valadares.

Gaspar Veloso.

Ruy Carneiro (2).

Argemiro de Figueiredo.

Lima Guimarães.

Rui Palmeira.

Atílio Vivacqua.

Lineu Prestes.

(1) Substituído temporariamente pelo Senador João Villasboas.

(2) Substituído temporariamente pelo Senador Lameira Bittencourt.

Secretário — Odenegus Gonçalves Leite.

Reuniões — Quartas-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Economia

Carlos Lindenberg — Presidente (1).

Fernandes Távora — Vice-Presidente.

Alô Guimarães (2).

Mendonça Clarkk.

Lima Teixeira (3).

Alencastro Guimarães.

Argemiro de Figueiredo.

Juracy Magalhães

Lineu Prestes.

(1) Lameira Bittencourt.

(2) Gilberto Marinho.

(3) Lima Guimarães.

Secretária: Ruy Rodrigues Alves

Reuniões — Terças-feiras, às 10 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira — Presidente.

Públio de Mello — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho.

Mem de Sá.

Saulo Ramos.

Ezequias da Rocha (1).

Reginaldo Fernandes.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Atílio Vivacqua.

Secretário: Diva Gallotti.

Reuniões — Sextas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.

Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

Lameira Bittencourt.

Ary Vianna

Lima Guimarães.

Onofre Gomes (1).

Paulo Fernandes.

Carlos Lindenberg.

Mathias Olympio.

Fausto Cabral.

Daniel Krieger (2).

Juracy Magalhães.

Lineu Prestes.

Othon Mäder.
Lino de Mattos.
Novaes Filho.
Aura Moura Andrade.

Suplentes

Gaspar Velloso.
Otacílio Jurema.
Mourão Vieira.
Atílio Vivacqua.
Lineu Prestes.
Mem de Sá.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Rui Palmeira.

Secretário: Renato de Almeida Chermont.

Reuniões — Sexta-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Redação

1 — Ezequias da Rocha — Presidente (*).

2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente.

3 — Públio de Mello.

4 — Rui Palmeira.

5 — Saulo Ramos (***).

(*) Substituído, interinamente, pelo Senador Ribeiro Casado.

(**) Substituído, interinamente, pelo Senador Francisco Gallotti.

(***) Substituído, interinamente, pelo Senador Mourão Vieira.

Secretária — Cecília de Rezende Martins.

Reuniões — Terças-feiras às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

João Villasboas — Presidente.
Georgino Avelino.
Bernardes Filho — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Benedito Valadares.
Lourival Pontes.
Gomes de Oliveira.
Rui Palmeira.
Moura Andrade.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Atílio Vivacqua.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Lima Teixeira.

Secretário: J. B. Castelo Branco.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente.
Alô Guimarães — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.
Ezequias da Rocha.
Vivaldo Lima.
Secretária: Diva Gallotti.
Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente (1).
Rui Carneiro — Vice-Presidente (2).
Lameira Bittencourt.
Primio Beck (3).
Lino de Mattos.
Waldemar Santos.
Sylvio Curvo.
João Arruda.
Arlindo Rodrigues.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Gomes de Oliveira.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Ribeiro Casado.

(3) Substituído temporariamente pelo Sr. Moreira Filho.

Secretário — Pedro de Carvalho Müller.

Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.
Canado de Castro — Vice-Presidente.

Pedro Ludovico.

Moreira Filho.

Alencastro Guimarães.

Sylvio Curvo (1).

Jorge Maynard.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Mario Motta.

Secretária: Romilda Duarte.

Reuniões — Quartas-feiras, às 17 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
Ari Vianna.
Abelardo Jurema.
Canado de Castro.
Neves da Rocha.
Mem de Sá.
Secretária: Ily Rodrigues Alves.
Reuniões — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Jorge Maynard — Presidente.
Neves da Rocha — Vice-Presidente.
Waldemar Santos.
C Coimbra Bueno.
Secretária: Maria Cherubina Costa.
Novaes Filho (1).
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Francisco Gallotti.
Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissões Especiais

Comissão de Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
Georgino Avelino — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Filinto Müller.
Secretário: José da Silva Lisboa.
Reuniões — Quartas-feiras.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.
Mem de Sá — Vice-Presidente.
Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.
Lameira Bittencourt.
Francisco Arruda — Secretário.

Comissão de Mudança da Capital

C Coimbra Bueno — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Alberto Pasquanni (1).
Lino de Mattos.
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Primio Beck.
Reuniões — Quintas-feiras.
Secretário: Sebastião Veiga.

Comissão de Consolidação das Leis do Trabalho

Senadores

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Kerginaldo Cavalcanti.
Othon Mäder.
Ernani Sálio — Vice-Presidente.
Aarão Steinbruch — Relator Geral.
Tarso Dutra.
Jefferson Aguiar.

Cunha Mello — Presidente.
Moura Fernandes.
Licurgo Leite.
Silvio Sanson.
Lourival de Almeida.
Raimundo Brito.

Comissão Especial do Vale do Rio Doce

1 — Benedito Valadares — Presidente.
 2 — Othon Mäder — Vice-Presidente.
 3 — Atílio Vivacqua

4 — Jorge Maynard.
 5 — Lima Teixeira.

Secretária: Cecília de Rezende Martins.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2.

Atílio Vivacqua — Presidente.
Lima Guimarães — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Ruy Carneiro.
Saulo Ramos.
Gaspar Velloso.
Lourival Pontes.
Canado de Castro.
Argemiro de Figueiredo.
Alvaro Adolpho.
Alô Guimarães.
Mem de Sá.
João Villasboas.
Daniel Krieger.
Moreira Filho.
Lino de Mattos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
Gustavo Capanema — Relator.
Afonso Arinos — Relator.
Bilac Pinto.
Batista Ramos.
Arnaldo Cerdreira.
Filinto Müller.
Ary Vianna.
Cunha Mello.
C Coimbra Bueno.
Juracy Magalhães.
Bernardes Filho.
Secretários: Lazary Guedes e José da Silva Lisboa.

Comissão Mista incumbida de sugerir medidas legislativas que regulam a Administração Política Administrativa, Legislativa e Judiciária da futura Capital da República.

Senadores:

Cunha Mello.
Gilberto Marinho.
João Villasboas.

Deputados:

Adauto Lúcio Cardoso.
Brasílio Machado.
João Machado.

ATA DA 93.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 18 DE AGOSTO DE 1958

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES CUNHA MELLO, J

E PRISCO DOS SANTOS

Sumário

DISCURSOS PROFERIDOS

Senador Neves da Rocha: Homenagem à memória do Almirante Antônio Alves Câmara Júnior, Ministro da Marinha.

Senador Lino de Mattos: Exposição de motivos do seu desligamento do Partido Social Progressista.

Senador Gilberto Marinho: 1) Considerações sobre projeto de lei dispondo sobre a inatividade do pessoal da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. 2) A regulamentação da Lei n.º 775, relativa a interesses da classe de motoristas do Distrito Federal.

Senador Alencastro Guimarães: Revogação da portaria que suspendeu os empréstimos dos Institutos de Previdência e da Caixa Econômica Federal.

Requerimentos

— n.º 324, do Sr. Neves da Rocha e outros Srs. Senadores, de homenagem à memória do Almirante Antônio Alves Câmara Filho, Ministro da Marinha. (Aprovado).
— n.º 325, do Sr. Gilberto Marinho, de dispensa de interstício, para inclusão do Veto n.º 5 na ordem do dia da próxima sessão. (Aprovado).
— n.º 326, do Sr. Gilberto Marinho, de dispensa de interstício, para inclusão do Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1957, na ordem do dia da próxima sessão. (Aprovado).
— n.º 327, do Sr. Lino de Mattos, de adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 338, de 1956, que dá novo texto à Lei Orgânica do Ensino Secundário. (Aprovado).
Redação Final do Projeto de Lei da Câmara n.º 231, de 1957, que acrescenta parágrafo ao art. 682 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho (Dispõe sobre a substituição de Juizes representantes classistas dos Tribunais Regionais do Trabalho, nas faltas ou impedimentos dos titulares efetivos e respectivos suplentes). (Aprovada).

MATÉRIAS VOTADAS

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Cunha Mello — Prisco dos Santos — Lameira Brito — Pálio de Mello — Onofre Gomes — Fernandes Teora — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — Abelardo Jurema — Argemiro de Figueiredo — Ribeiro Casado — Jorge Maynard — Lourival Fontes — Neves da Rocha — Lima Teixeira — Afílio Vivacqua — Ary Vianna — Moreira Filho — Arlindo Rodrigues — Alencastro Guimarães — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Bernardes Filho — Lineu Prestes — Lino de Mattos — Domingos Vellasco — Coimbra Bueno — Mario Motta — João Villasbôas — Gaspar Velloso — Primio Beck (32).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 32 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Jorge Maynard, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 4.º Secretário, servindo de 1.º, dá conta do seguinte:

Expediente

AVISO

Do Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, n.º 1.989, transmitindo o seguinte:

G-1.989

Em 13 de agosto de 1958.

Senhor Primeiro Secretário:

Em resposta ao Ofício 407 de 10 de julho último, com que Vossa Excelência me transmitiu o Requerimento 294, de 1958, do Senador Alencastro Guimarães referente à instauração de inquéritos policiais para apurar responsabilidades em especulações imobiliárias, encaminho-lhe com duas cópias, as informações prestadas pelo Departamento Federal de Segurança Pública.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração. — Cyrilo Junior.

GABINETE DO CHEFE DE POLÍCIA

Exmo. Sr. General Chefe de Polícia do D.F.S.P.:

Devolvendo o presente expediente, cumpre-me esclarecer a V. Ex.ª que esta Delegacia de Economia Popular, através da Seção de Usura, do ano de 1954 para esta data teve oportunidade de agir em quatro casos relacionados com especulações imobiliárias, conforme se verifica da relação que abaixo se segue, provocada que foi, através da comunicação feita de irregularidades existentes nas referidas firmas que são:

Organização Territorial "OSA", com sede na rua do Rosário 111, 3.º, 4.º e 5.º andares, havendo inquérito, que tomou o n.º 601-54, remetido à 12.ª Vara Criminal.

Imobiliária Bandeira S. A., com sede na Av. Rio Branco n.º 257 — 11.º andar, cujo inquérito n.º 1.218 foi enviado à 17.ª Vara Criminal.

Companhia Jacarepaguá Territorial S. A., com sede na Rua da Assembleia 104 sala 911, cujo inquérito n.º 489 foi enviado à 2.ª Vara Criminal.

Companhia Construtora da Casa Própria, com sede na Av. Ipiranga, 795 — 3.º andar, salas 306-8, em São Paulo, cujo inquérito n.º 590 foi enviado à 3.ª Vara Criminal.

Outrossim, cabe-me ainda informar a V. Ex.ª não se tornar possível cadastrar sociedades imobiliárias, por simples suspeita de gerência fraudulenta ou temerária, mas, sim atender e instaurar inquérito, o que sempre tem sido feito, quando chegue ao conhecimento desta Delegacia quaisquer irregularidades em setores que estejam afetos aos assuntos relacionados com esta Especializada.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ex.ª os protestos de alta estima e distinta consideração.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1958. — Luiz Felipe Burlamaqui, Delegado de Economia Popular.

Ao Requerente.

OFÍCIO

Do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, n.º 411, como segue:

Supremo Tribunal Federal

Rio de Janeiro, D.F.,

Em 6 de agosto de 1958.

Ofício n.º 411-P.

Ref. Of. 246/57-P.

Senhor Presidente:

Recebi a Vossa Excelência outras cópias dos julgamentos deste Tribunal, que decretaram inconstitucionalidade do federal, bem assim estabelecidos.

1. Reclamação n.º 117, do Piauí, julgada a 12-7-1950 (inconstitucional a nomeação serventário de justiça pelo Presidente do Tribunal de Justiça).

2. Representação n.º 130, do Rio Grande do Sul, julgada a 4-1-58 (inconstitucionalidade da Lei n.º 524, de 31-12-48, arts. 7.º, 17 e 29).

3. Representação n.º 134 d, Pará, julgada a 21-6-50 (inconstitucionalidade dos arts. 37, n.º III e 50, letra c, da Constituição Estadual).

4. Representação n.º 196, de Santa Catarina, julgada a 13-9-54 (inconstitucionalidade da Lei n.º 78, de 1935).

5. Representação n.º 217, do Rio Grande do Norte, julgada a 13-9-54 (desmembramento do Município sem anuência da Câmara Municipal).

6. Recurso Extraordinário, número 12.913, do Espírito Santo, julgada a 15-7-49 (inconstitucional o Decreto n.º 14.561, de 1-3-43).

7. Recurso Extraordinário número 14.136, do Pará, julgada a 6-7-50 (inconstitucional a taxa proporcional criada pelo Decreto n.º 2.061, de 1936).

8. Recurso Extraordinário, número 18.513, do Rio Grande do Norte, julgada a 18-10-51 (inconstitucional o art. 67, inciso III da Constituição Estadual).

9. Recurso Extraordinário Eleitoral n.º 19.285, do Distrito Federal, julgada a 22-11-51 (inconstitucionalidade do art. 13, § 4.º do Código Eleitoral).

Apresento a Vossa Excelência os protestos de elevada consideração e apreço. — Orosimbo Nonato, Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal.

(As cópias referentes a julgamentos deste Tribunal, serão publicadas oportunamente).

Parecer n. 313, de 1958

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o veto n.º 5, de 1958, do Sr. Prefeito do Distrito Federal, ao Projeto de Lei n.º 608-A, de 1958, da Câmara dos Vereadores, que dispõe sobre a concessão de gratificação aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal, das Autarquias Municipais e do Tribunal de Contas, e dá outras providências.

Relator: Senador Argemiro de Figueiredo.

O Sr. Prefeito do Distrito Federal, ao sancionar o Projeto de Lei n.º 608, de 1958, da Câmara dos Vereadores, que dispõe sobre a concessão de gratificação aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal, das Autarquias Municipais e do Tribunal de Contas, resolveu na forma do § 3.º e para os fins do § 4.º do artigo 14 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 Lei Orgânica do Distrito Federal) vetar o § 3.º do seu artigo 1.º por considerá-lo contrário aos interesses do Distrito Federal.

DISPOSITIVO VETADO

O § 3.º do artigo 1.º vetado, está assim redigido: "Os servidores que forem jubilados ou aposentados por invalidez bem como os que já foram antes do prazo determinado no artigo 1.º receberão, também as gra-

tificações adicionais quando completarem o tempo exigido de 20 a 25 anos".

RAZÕES DO VETO

O Sr. Prefeito fundamentou o veto nas seguintes principais razões:

a) o dispositivo em apreço, quebrando toda a sistemática até hoje vigorante para o serviço público, conduz ao absurdo de levar a conta de tempo de serviço público, no passado e no futuro, aquele completado na inatividade;

b) o dispositivo constitui verdadeira heresia jurídica, contrária à conceituação clássica do Instituto dos adicionais, não encontra paralelo em qualquer legislação de pessoal, aqui ou no estrangeiro;

c) é preciso distinguir a gratificação "pro labore facto", isto é, pelos serviços já prestados, pelo tempo de serviço, da gratificação, "pro labore faciendo", isto é, pelos serviços que forem sendo prestados, como no caso de gratificação de função. Conquanto sujeita, na nossa história administrativa, a continuadas mutações, a gratificação adicional jamais perdeu, em sua conceituação, esse caráter de ser devida, única e exclusivamente, pelos serviços já prestados, sendo este, também, o conceito fixado pela copiosa jurisprudência administrativa e judicial;

d) a legislação brasileira, de um modo geral, nela se incluindo a vigente no Distrito Federal, é a mais generosa do mundo, no concernente às condições da aposentadoria. Assim, a Constituição e os diversos Estatutos asseguram aposentadoria com proventos integrais, por invalidez ou compulsoriamente, aos 30 anos de serviço público, não tendo, por outro lado, toda a legislação atinente à revisão salarial, deixado de contemplar, sem distinção, o pessoal inativo, quando a majoração decorre de aumento de custo de vida;

e) constituindo a gratificação adicional, na forma de prêmio por serviço já prestado, um poderoso estímulo aos que trabalham, perderia ela, caso vigorasse o preceito contido no dispositivo vetado, essa característica que lhe é essencial, desde que, na prática, os que necessitem na inatividade — e ja sem proventos integrais, na maioria — fizessem jus ao mesmo benefício concedido a todos quantos com o seu esforço, contínuo e incessante impulsionam com a força do seu labor diário a máquina administrativa; e

f) constituiria sério perigo comprometer-se, como tempo de serviço, a da inatividade. Inevitavelmente teríamos de admitir como coisa perfeitamente natural, contra termo da inatividade, como se de exercício, fosse, para efeito de promoção ou aumentos periódicos

CONCLUSÃO

As razões apresentadas pelo Senhor Prefeito são plenamente convincentes, demonstrando, à evidência, a necessidade de exclusão do projeto, o § 3.º do artigo 1.º.

A situação do aposentado, para efeito de percepção da gratificação adicional, por tempo de serviço, já foi resolvida de modo satisfatório no § 1.º do artigo citado, que repetiu, *mutatis mutandis*, o disposto no parágrafo único do artigo 146 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Diante do exposto, considerando que o preceito vetado, contraria, realmente, os interesses do Distrito Federal, opinamos pela aprovação do veto.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1958. — *Lorival Fontes Presidente*. — *Afrânio de Figueiredo, Relator*. — *Lameira Bittencourt*. — *Gaspar Veloso*. — *Lima Guimarães*. — *Rui Palmeira*. — *João Villasboas*.

Parecer n. 315, de 1958

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 8 de 1957, que considera de magistério as funções de inspetor de ensino secundário.

Relator: Sr. Nelson Fermo.

O projeto em questão, de iniciativa do Senado Federal, considera para todos os efeitos, se magistério, as funções de inspetor de Ensino Secundário e determina que, para o provimento dessas funções seja obrigatória a apresentação de diploma de licenciado expedido por Faculdade de Filosofia e prova do exercício efetivo do magistério por prazo não inferior a três anos.

O Projeto, recebeu duas Emendas Substitutivas, uma da Comissão de Constituição e Justiça, outra da Comissão de Serviço Público Civil.

Não padece dúvida, que a função de inspetor de ensino, de mais alta importância pedagógica, equipara-se, e até pressupõe, o exercício do magistério. O Inspetor de Ensino é, no quadro dos servidores encarregados de realizar as tarefas básicas de Educação, aquele que verifica o normal funcionamento dos educandários, fiscaliza as leis que os disciplinam, assiste os estabelecimentos de ensino, não só do ponto de vista técnico, mas ainda sob o ângulo da conformidade de suas instalações e equipamentos aos preceitos legais. É, sobretudo, responsável nos termos dos artigos 90 e 91 da Portaria Ministerial n.º 501 de 19 de maio de 1952, pela observância dos dispositivos referentes à orientação educacional.

O inspetor é, por tudo isso, no espírito da nossa legislação educacional, que, neste passo, acompanha a dos países mais avançados, um funcionário dotado de boa formação pedagógica, um professor experimentado capaz de supervisionar e orientar os professores do ensino secundário no exercício de suas atribuições.

As grandes tarefas de política educacional brasileira se acham divididas entre dois tipos de funcionário, o técnico de educação, que exerce funções de pesquisa e planejamento educacional, e o inspetor que verifica e fiscaliza seu processamento.

Não se compreende, portanto, que os inspetores do ensino secundário se coloquem em plano inferior aos seus colegas, técnicos de Educação. Embora as duas carreiras não se confundam pela discriminação nítida de suas atribuições pedagógicas, encontram-se, na realidade, em consonância, no plano geral do ensino, em nível de qualidade. Desde que o inspetor deve fiscalizar, orientar e supervisionar o Professor, não se compreende que esta carreira fique situada em nível inferior à do professorado.

Após estudar o assunto, o DASF já exarara parecer em que reconhece a função de Inspetor como sendo de nível técnico e cultural superior. Pr. s. ns. 3.816, de 9 de agosto de 1955 e 5.795, de 21 de setembro de 1955, publicadas nos D. O. de 26 de agosto de 1955 e 7 de outubro de 1955. Os fundamentos desse parecer são os seguintes: "Os mesmos para o ingresso na carreira de Inspetor nos seus concursos, os candidatos, devem demonstrar conhecimentos de Pedagogia, Didática, Administração Escolar, Psicologia, Biologia, História e Educação e Legislação de Ensino".

Esse preparo é indispensável em funcionários que, por disposição do Regulamento da Diretoria do Ensino Secundário aprovado em lei recente (Decreto n.º 40.630, de 29 de setembro de 1956) foram investidos da responsabilidade de dirigir as Inspeções Seccionais do Ensino Secundário, criadas e instaladas em todo o país, com o objetivo de dar ao ensino melhor orientação, e maior desenvolvimento. Seus auxiliares imediatos, Inspectores Assistentes e Inspectores Itinerantes são também designados dentre os Inspectores do Ensino Secundário.

Finalmente, o Egrégio Supremo Tribunal Federal, em acórdão prolatado no Recurso Extraordinário n.º 35.565, houve por bem reconhecer o caráter técnico de função exercida pelo Inspetor de Ensino. Decidindo sobre acúmulo de funções, postulou aquele Excelso Tribunal que "cargo técnico é aquele para cujo exercício seja indispensável e predominante a aplicação de conhecimentos científicos ou artísticos de nível superior de ensino" concluindo que são "matérias correlatas à inspeção e à docência".

Estamos, portanto, diante de uma corrente já constituída de idéias e doutrinas que logicamente se encaminha à solução corporificada no presente Projeto.

A primeira Emenda da Comissão de Constituição e Justiça, visa enquadrar o Projeto nos dispositivos constitucionais, tornando obrigatório o concurso de títulos e provas para o acesso à carreira. A segunda Emenda, da Comissão de Serviço Público Civil, amplia os benefícios do Projeto às categorias de Inspectores do Ensino Comercial, de Educação Física e do Ensino Superior, tornando, do mesmo passo, obrigatório para o preenchimento desses cargos, o concurso de títulos e provas, o diploma de Faculdade de Filosofia e a prova de exercício do magistério por período nunca inferior a três anos. A segunda Emenda é, portanto, ampliativa do Projeto, ao mesmo tempo, que assegura seu enquadramento, nos dispositivos constitucionais. Somos, portanto, pela aprovação do Projeto nos termos da Segunda Emenda Substitutiva apresentada pela d. Com. de Serviço Público Civil.

No entanto, parece-nos de justiça a inclusão dos Fiscais Gerais de Ensino Comercial nas vantagens que o Projeto assegura aos Inspectores. Trata-se de função que, por suas atribuições, muito se assemelha à desempenhada pelos Inspectores. Fiscalizam os estabelecimentos de ensino comercial e supervisionam os professores. Por outro lado, trata-se de função extinta, daí parecer-nos dever ser contemplada em artigo à parte. Propomos, portanto, a seguinte subemenda ao Substitutivo apresentado pela Comissão de Serviço Público Civil:

Acrescente-se, onde couber:

"Art. 7.º Conferem-se aos atuais ocupantes de função extinta de Fiscal Geral do Ensino Comercial os benefícios desta lei".

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1958. — *Mourão Vieira, Presidente*. — *Nelson Fermo, Relator*. — *Mem de Sá*. — *Saulo Ramos*. — *Públio de Mello*.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Sobre a mesa requerimento suscitado por vários Srs. Senadores.

É lido o seguinte.

Requerimento n. 324 de 1958

Pelo falecimento do Sr. Almirante Antônio Alves Câmara Junior, Ministro da Marinha, que desaparece após uma existência que é um precioso repositório de exemplos de virtudes, cheia de serviços à Nação e à Marinha de Guerra, requeremos sejam pelo Senado, prestadas as seguintes homenagens de pesar:

1) inserção em ata de um voto de profundo pesar

2) apresentação de condolências à família e à Armada Nacional, na pessoa do seu atual Ministro.

Sala das sessões, em 19 de agosto de 1958. — *Neves da Rocha*. — *Lino de Mattos*. — *Cunha Mello*. — *Gilberto Marinho*. — *Argemiro de Figueiredo*. — *Onofre Gomes*. — *Caetano de Castro*. — *Atílio Vivacqua*. — *Jorge Maynard*. — *Domingos Vellasco*. — *Alencastro Guimarães*. — *Mourão Vieira*. — *Públio de Mello*. — *Abelardo Jurema*. — *Lameira Bittencourt*. — *Prisco dos Santos*. — *Maria Filho*. — *João Villasboas*. — *Mário Motta*. — *Lima Teixeira*. — *Fernando Távora*. — *Lorival Fontes*. — *Ribeiro Cesado*. — *Arry Vianna*. — *Primo Beck*. — *Coimbra Bueno*. — *Gaspar Velloso*.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento, que acaba de ser lido, está devidamente apolado.

Tem a palavra o nobre Senador Neves da Rocha para encaminhar a votação.

O SR. NEVES DA ROCHA:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sobre o Brasil de perder um dos seus mais ilustres filhos e a nossa gloriosa Marinha de Guerra, um de seus mais destacados marinheiros.

Repercutiu dolorosamente no seio de todas as classes sociais especialmente no das Classes Armadas, o inesperado falecimento, a 14 do corrente nesta Capital, após ligeira enfermidade do Almirante-de-Esquadra Antonio Alves Câmara Junior, que vinha exercendo com brilho fulgurante as árduas funções de Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, pelas investidas, desde os dias tumultuosos de novembro de 1955, a convite do ex-Presidente Nery Ramos, de saudosa memória e no honroso cargo mantido desde janeiro de 1956, pelo atual Governo da República. Conheci de perto o ilustre militar, como sr. conterrâneo, como parente e amigo podendo, assim, acompanhar com entusiasmo a magnífica trajetória pelo mesmo percorrida, sem dela se ter desviado, durante os longos 50 anos de uma exemplar vida funcional, para legar aos seus sucessores, fulgurantes páginas de uma fé de ofício sem falhas nem deslizes.

Alves Câmara era considerado sem favor um dos maiores valores da atual Marinha de Guerra do Brasil, tendo sabido honra-la e dignificá-la, onde quer que tivessem sido reclamados os seus serviços.

Tomou parte ativa nas duas grandes guerras que conflagraram o mundo em 1914 e 1939, nas quais lhe foram atribuídas missões de alta relevância desempenhadas a contento.

As inúmeras condecorações recebidas e os elogios constantes dos seus assentamentos militares constituem honroso documentário dos inextinguíveis serviços prestados à Nação.

Alcançou sempre por merecimento, as promoções aos postos da escala hierárquica, até atingir o mais alto — o de Almirante-de-Esquadra — no qual veio a ocupar pelo seu reco-

nhecido valor a Pasta Ministerial, que deteve em mãos até o seu prematuro falecimento.

Técnico apaixonado pelos assuntos da profissão que abraçou especialmente em trabalhos de hidrografia e navegação.

O Sr. Mourão Vieira — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. NEVES DA ROCHA — Pois não;

O Sr. Mourão Vieira — Tive oportunidade de conhecer o grande marinheiro que o Brasil acaba de perder quando juntos no Conselho Nacional de Geografia representávamos o Almirante Alves Câmara a Marinha de Guerra e eu, o Estado do Amazonas. Em contacto com o ilustre varão pude verificar o seu acendrado patriotismo e principalmente, seus vastos conhecimentos de hidrografia.

Posso, como V. Ex.ª, ao deplorar sua morte, lamentar principalmente a perda do patriota e do excelente técnico de que o Brasil se vê privado.

O SR. NEVES DA ROCHA — Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Gilberto Marinho — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. NEVES DA ROCHA — Ouço Vossa Excelência.

O Sr. Gilberto Marinho — Pediria a V. Ex.ª que, na brilhante oração que está proferindo em homenagem à memória do grande Ministro Alves Câmara, consignasse também a compunção e a mágoa da maioria do Senado.

O Almirante Alves Câmara, figura exponencial das Forças Armadas da nossa Pátria, era uma personalidade de escol insuscetível de controvérsia. Os seus notáveis serviços à glória da Marinha do Brasil e ao País estão por demais vivos na memória de toda a Nação.

O SR. NEVES DA ROCHA — Muito obrigado a V. Ex.ª pelo brilhante aparte que incorpora ao meu discurso.

O Sr. João Villasboas — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. NEVES DA ROCHA — Pois não.

O Sr. João Villasboas — A manifestação de pesar que V. Ex.ª traz ao Senado pela morte do Almirante Alves Câmara, a União Democrática Nacional apresenta sua solidariedade e o máximo sentimento pela perda sofrida pela Nação.

O SR. NEVES DA ROCHA — Agradeço a V. Ex.ª pelos apertes que estão sendo proferidos, neste momento de dor e de amargura, pelo falecimento do Almirante Alves Câmara.

O Sr. Atílio Vivacqua — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. NEVES DA ROCHA — Ouvirei o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Atílio Vivacqua — O Partido Republicano compartilha do pesar com que a Nação viu desaparecer o ilustre brasileiro Almirante Alves Câmara, que por seu saber, desotamento profissional e patriotismo tanto dignificou as tradições da Marinha de Guerra. Meu Estado, o Espírito Santo, tributa-lhe especial reconhecimento pelo interesse e carinho que dispensou à Construção da Escola de Aprendizes de Marinheiros, na histórica Cidade de Vila Velha, antiga aspiração de minha terra, cuja vocação marítima é das mais assinaladas. As palavras de Vossa Excelência traduzem, com a mais viva emoção, os sentimentos do Senado e do País.

O Sr. Lino de Mattos — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. NEVES DA ROCHA — Pois não.

O Sr. Lino de Mattos — Desaria incluir no justo e oportuno discurso de V. Ex.ª minha manifestação pessoal de pesar pelo falecimento do Almirante Alves Câmara, desde a Marinha de Guerra Brasileira um

dos seus mais dedicados servidores.

O Brasil um grande e querido filho.
O SR. NEVES DA ROCHA — Constarão do meu discurso, como manifestação de solidariedade, os apêndices que acabam de proferir os eminentes Senadores Gilberto Marinho, Mourão Vieira, João Villasboas, Atílio Vivacqua e Lino de Mattos.

O Sr. Abelardo Jurema — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NEVES DA ROCHA — Aceito o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Abelardo Jurema — Associe-me, como paraibano, às homenagens de V. Ex.^a à memória do saudoso Almirante Alves Câmara, que, em várias oportunidades prestou assinalados serviços ao meu Estado natal, entre eles a utilização de vasos de guerra para o transporte de gêneros alimentícios numa hora em que os abastecimentos eram difíceis. Recentemente, atendendo a apêlo meu, colocou o então Ministro da Marinha à nossa disposição navios que conduziram material destinado às obras do Seminário paraibano, correspondendo assim a uma aspiração do Clero. V. Ex.^a, portanto, está fazendo justiça a um dos grandes homens deste País, cujo nome ficará gravado na História da nossa Marinha de Guerra e merecedor do eterno reconhecimento da Paraíba.

O SR. NEVES DA ROCHA — Muito grato ao eminente Senador Abelardo Jurema pelas palavras de solidariedade à minha oração.

Nos dias atribulados por que passou a Nação em fins de 1955, quando fora chamado para colaborar com o Governo da República, soube impor-se perante os seus camaradas de armas, de modo a acalmar os ânimos mais exaltados e a apaziguar os espíritos mais rebeldes, conduzindo-os a um ambiente de harmonia e de tranquilidade.

É a essa vulto de incontestável merecimento que neste momento rendemos as nossas homenagens, num imperioso dever de justiça e de gratidão.

O Sr. Publio de Mello — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NEVES DA ROCHA — Pois não.

O Sr. Publio de Mello — Ao justo preito de V. Ex.^a à memória do Almirante Alves Câmara venho trazer a solidariedade da Bancada do Maranhão.

O SR. NEVES DA ROCHA — Muito grato a V. Ex.^a.

O Sr. Lima Teixeira — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. NEVES DA ROCHA — Ouço o nobre colega.

O Sr. Lima Teixeira — Recém-chegado da Bahia, tive notícia do falecimento do Almirante Alves Câmara. Sabe V. Ex.^a, porque estivemos com esse eminente brasileiro no 11 de novembro, como foram difíceis aquelas horas para o Ministro da Marinha; e há de recordar-se da firmeza e correção com que agiu o Almirante Alves Câmara, baiano ilustre, de família tradicional no nosso Estado. Merece aquele eminente brasileiro todas as homenagens, as quais a representação baiana desta Casa se associa. Se presente o nobre Senador Juracy Magalhães, tenho certeza de que também secundaria as palavras do nobre orador, pelos assinalados serviços prestados ao País.

O SR. NEVES DA ROCHA — Muito grato ao aparte do Senador Lima Teixeira. Palavra em meu nome pessoal, no da Bancada baiana, de qual faço parte, e no do Partido Trabalhista Brasileiro; mas agora, no de todo o Senado, uma vez que os representantes dos diversos Estados da Federação se incorporaram às justíssimas homenagens que vimos prestando à memória do eminente Baiano desaparecido.

Do Presidente Juscelino Kubitschek são as seguintes expressões que traduzem o apêgo em que era tido o seu dedicado auxiliar de governo.

"E" com a maior tristeza que tomo conhecimento da morte do Almirante Alves Câmara. Dêle guardarei a grata lembrança.

Serviu ao meu Governo na pasta da Marinha com lealdade exemplar. Com zelo e competência inextinguíveis.

Era o Almirante Alves Câmara, um grande marinheiro, um patriota e um gentil-homem. Durante cerca de 50 anos serviu o Almirante Câmara à nossa Marinha de Guerra com fidelidade perfeita, e alma de um varão antigo.

Juntos atravessamos horas difíceis; juntos vivemos enfim a certeza de que a Lei, a ordem e o bom-senso se haviam imposto e consolidado para o bem do Brasil. Morreu o Almirante Câmara no seu posto de Comando. E" com o maior respeito que me inclino diante dessa grande figura da Marinha e da Pátria Brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que possa ser incorporadas às minhas palavras, para conhecimento dos porvidouros, seja-me permitido ler, desta tribuna, os dados biográficos referentes à marcante personalidade e cuja memória deverá ser reverenciada pelas gerações futuras.

O Almirante Alves Câmara nasceu a 5 de junho de 1891, em Salvador, Bahia, filho do Almirante Antônio Alves Câmara e de D. Breginata Brasil Câmara.

Tendo terminado seus estudos primários em 1902 na cidade do Salvador, veio com sua família para o Rio, e, no ano seguinte, matriculou-se no Colégio Militar, onde fez o curso secundário. Em 1908 teve praca de Aspirante a Guarda-Marinha na Escola Naval. Foi nomeado Guarda-Marinha em janeiro de 1911. Tendo sido promovido a 2.^a tenente em 30 de dezembro de 1911, embarcou no Navio Escola "Benjamin Constant" fazendo um cruzeiro de instrução à Europa. Foi promovido a 1.^a tenente em 23 de março de 1916. Em 1918, tomou parte na 1.^a Guerra Mundial, embarcando no Cruzador "Bahia" que fazia parte da Divisão Naval de Operações de Guerra. De 1919 a 1921, dedicou-se entre outros trabalhos hidrográficos, ao levantamento da baía de Guanabara. Foi promovido por merecimento ao posto de capitão-tenente, em 30 de novembro de 1921. Em 1922 embarcou no NE "Benjamin Constant" como instrutor de Geodésia e Hidrografia da turma de Guardas-Marinha. Em 1924, chefiou a Comissão para a determinação das posições geográficas dos faróis da costa Sul do Brasil, no comando do Navio Hidrográfico "Lahmeyer".

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

Em 1925 desembarcou para efetuar o Curso de Especialização de Artilharia, ao qual obteve distinção. Em 1926 embarcou no Cruzador "Bahia", onde exerceu as funções de Encarregado do Armamento. Em 1927 foi Assistente de comandante da Flotilha de Contratorpedeiros. Em 1928 exerceu as funções de chefe da Divisão de Artilharia da Diretoria do Armamento. De 1929 a 1930 esteve embarcado no Encouraçado "São Paulo", como Encarregado de Navegação e posteriormente do Pessoal. Em 1931 fez

o Curso de Comandante da Escola de Guerra Naval. Em 1932 comandou a Escola de Aprendizes Marinheiros do Estado do Rio Grande do Norte. Como oficial subalterno embarcou em vários navios da Esquadra, exercendo diferentes encargos e instrutorias. Foi promovido ao posto de capitão-de-corveta em 29 de setembro de 1932. Em 1933 voltou às lides hidrográficas como instrutor de Hidrografia e Navegação da 1.^a turma de oficiais especializados neste assunto. De 1934 a 1936 comandou o Navio-Hidrográfico "Rio Branco" durante todo o tempo empenhado em Campanhas Hidrográficas, tendo dirigido e executado os serviços de levantamentos hidrográficos de cerca de 300 milhas da costa Sul do Brasil, no trecho compreendido entre o Rio de Janeiro e o porto de Santos. Deixou o comando do Navio-Hidrográfico "Rio Branco" e foi chefiar a Divisão de Hidrografia da Diretoria de Navegação. Foi promovido ao posto de capitão-de-fragata em 17 de outubro de 1938, por merecimento.

NA GUERRA

Em 1940, como membro da comissão designada pelo governo para a determinação do verdadeiro local do descobrimento do Brasil, embarcou no Navio-Hidrográfico "Rio Branco" e chefiou os trabalhos de levantamento da costa da Bahia entre a Ponta de Santo Antônio e Porto Seguro, onde realizou estudos locais para interpretação da carta de Pero Vaz Caminha. Em 1941 assumiu o comando do Navio-Escola "Almirante Saldanha", que realizou uma viagem de instrução em torno da América do Sul, com uma turma de Guardas-Marinha. Pela primeira vez um navio de guerra do Brasil atravessou o Canal do Panamá. Em 1942, após alguns meses de serviço no Estado-Maior da Armada, foi nomeado comandante do CT "Mariz e Barros". No período da 2.^a Guerra Mundial em que o Brasil tomou parte, iniciou operações de patrulhamento na Costa brasileira. Conduziu o navio aos Estados Unidos da América, a fim de completar o armamento do mesmo. Foi promovido ao posto de capitão de mar-e-guerra em 26 de maio de 1944 por merecimento. Ao regressar ao Brasil, o CT "Mariz e Barros" fez parte da escolta dos comboios que conduziram as tropas brasileiras ao teatro de operações de guerra. Nestes comboios foi o comandante da cobertura antissubmarina.

CONFERÊNCIA HIDROGRÁFICA

Terminada a guerra, foi nomeado comandante do Encouraçado "São Paulo", que se achava no porto de Recife e o trouxe para o Rio. Deixando o comando do Encouraçado "São Paulo" em 1948, assumiu o comando da 1.^a Flotilha de Contratorpedeiros, que exerceu até a sua promoção por merecimento a contra-almirante, em 20 de junho de 1946. Foi nomeado diretor-geral de Hidrografia e Navegação em 1946 cargo, que deixou em março de 1949, para exercer as funções de diretor da Escola Naval. Coube ao contra-almirante Câmara a árdua tarefa de reorganizar os serviços de hidrografia, balizamento etc., os quais por causas várias tinham sofrido um decréscimo em seu rendimento. O que foi feito no período de 1946 a 1949

poderá ser aquilatado pela leitura dos Relatórios Anuais apresentados ao Sr. Ministro da Marinha, nos anos de 1947 e 1948. Desde 1938 representa o Ministério da Marinha junto ao Conselho Nacional de Geografia. Como diretor-geral de Hidrografia e Navegação chefiou a Delegação brasileira na V Conferência Hidrográfica Internacional realizada em Mônaco, em 1947. Fez parte da Delegação do Brasil nas cerimônias da posse do presidente da República do Chile, Sr. Gabriel González Vidella.

ADIDO EM WASHINGTON

Fez parte da Delegação do Brasil na Conferência Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, realizada em Londres. No fim do mesmo ano, como presidente do Comitê de Hidrografia do Instituto Pan-americano de Geografia e História, tomou parte na 4.^a Reunião de Consulta sobre Cartografia, realizada em Buenos Aires. Foi promovido, por merecimento, ao posto de vice-almirante em 31-12-1951. Em 2 de janeiro de 1952 foi novamente nomeado diretor-geral de Hidrografia e Navegação, cargo que desempenhou até fevereiro de 1953. Chefiou a Delegação do Brasil à VI Conferência Hidrográfica Internacional, realizada em Mônaco em 1952. Chefiou a Delegação do Brasil à IV Reunião Pan-americana de Consulta sobre Cartografia, promovida pela Comissão de Cartografia e História, sob o patrocínio do governo da República Dominicana e realizado em outubro de 1952, em Ciudad Trujillo. Em 5 de janeiro de 1953, foi nomeado inspetor-geral da Marinha, cargo que deixou em maio do mesmo ano, para exercer o de secretário-geral da Marinha, que exerceu até 1954, quando foi nomeado Adido Naval à Embaixada do Brasil em Washington. Foi promovido, por merecimento, ao posto de almirante de Esquadra, em 23 de julho de 1954. Regressou ao Brasil em 24 de março de 1955. Nomeado ministro de Estado dos Negócios da Marinha em novembro de 1955, cargo que exerceu até a presente data. Em 5 de junho de 1957 foi transferido para a Reserva Remunerada compulsoriamente ao posto de almirante.

CONDECORAÇÕES

Além de inúmeros elogios postuís as seguintes condecorações e medalhas:

Nacionais: Cruz de Campanha da 1.^a Guerra Mundial; Medalha da Vitória da 1.^a Guerra Mundial; Medalha de Serviço de Guerra com (2) Estrelas, da 2.^a Guerra Mundial; Medalha da Força Naval do Nordeste (Prata); Ordem Nacional de Mérito (Grã Cruz); Ordem do Mérito Naval (Grande Oficial); Ordem do Mérito Militar (Grande Oficial); Ordem do Mérito Aeronáutico (Grande Oficial); Medalha Militar com passador de Platina; Medalha de Guerra do Exército; Medalha Mérito Santos Dumont; Medalha Naval do Serviço extinto

Estrangeiras: Comandante da Legião do Mérito dos Estados Unidos; "Cruz de Guerra com Palma", da República Francesa; Comandante Honorário da Divisão Militar da Ordem do Império Britânico; Grã-Cruz com distinção branca Peruana "Ao Mérito Naval"; Mérito Naval Espanhol (Grã Cruz); Grã-Cruz da Ordem

de Avis-Portugal; Ordem do Mérito Naval (Grande Oficial) "Almirante Padilha", pelo governo da Colômbia; Comendador da Ordem "Ao Mérito", pela República do Chile; Comendador da Ordem "El Sol del Peru"; Comendador com placa, da Estrela Negra da União Francesa; Comendador da Ordem do Mérito "Juan Pablo Duarte", pela República Dominicana; Cruz do Mérito Militar, de Primeira Classe, da Guatemala; Condecoração "Abd n Calder n", de Primeira Classe, pelo governo do Equador.

Eram as palavras que desejava proferir nesta oportunidade, quando o Brasil se vê privado dos serviços de um grande amigo, de um leal patriota e eminente brasileiro: o Almirante Antônio Alves Câmara. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento. Os Senhores Senadores que a aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa). Está aprovado.

A Mesa associa-se às homenagens prestadas pelo Senado à memória do Almirante Antônio Alves Câmara, que, na guerra e na paz, prestou à Marinha do Brasil, portanto ao País, os mais assinalados serviços.

Em obediência ao voto do Plenário fará cumprir as determinações do requerimento: aprovado.

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o Senador Gilberto Marinho, segundo orador inscrito. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Senador Lino de Mattos, terceiro orador inscrito.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Lê o seguinte discurso)

Sr. Presidente: Cumpro o dever regimental de comunicar à Vossa Mesa do Senado o meu desligamento das fileiras do Partido Social Progressista e, conseqüentemente, da sua bancada parlamentar nesta Casa do Congresso Nacional.

Faço a presente comunicação com a alma ferida por justificada e profunda amargura, porque me afastou de um amigo que admirei, prezei muitíssimo e a quem ofereci ininterrupta, leal e dedicada colaboração durante vinte anos e, porque me excluiu de uma agremiação partidária que significava a continuação da minha própria família, tais e tantos os companheiros que se ligaram a mim por laços de fraternal amizade.

Cabe-me esclarecer ao Senado da República que o meu rompimento político com o Sr. Adhemar de Barros resultou de imperativos de ordem moral. Habitado a fazer política partidária sem propósitos outros senão os de bem servir à coletividade, dentro de uma sã e pura orientação ideológica, fui, no entanto, obrigado a enfrentar, anos seguidos, grupos de elementos pesepistas movidos pelo ódio, despeito, ciúmes e inveja. Ao enfrentá-los, estava convencido de que a urdidura dessa trama contra mim não contava com o apoio do chefe partidário.

TRUCIDAMENTO PARTIDÁRIO

Essa crença começou a abalar-se, em meu espírito, logo que o sr. Adhemar de Barros assumiu a Prefeitura de São Paulo. Assim é que, em 26 de agosto do ano passado, numa carta, amplamente noticiada pela imprensa, eu lhe fazia sentir as injustiças e ingratidões de que eu estava sendo vítima. Embora a sua resposta oferecesse perspectivas de melhor compreensão futura, os fatos se encarregaram de mostrar que, dia a dia, mais se fe-

chava o cerco para meu trucidamento partidário antes da escolha do candidato a vice-governador.

Tive que ver alguns meses de sofrimentos morais inenarráveis, porque tudo de mau, de desonesto e de infamante que se registrava na vida pessepista, inclusive cartas e circulares anônimas, me era atribuído nos cochichos de corredores, adrede estimulados.

DISPOSTO A ENTENDIMENTO HONROSO

O rompimento, do ponto de vista político-partidário, só poderia prejudicar-me. Lutei, em desespero, contra essa solução extrema que não me interessava. Procurei, através de visitas aos correligionários dos diretórios municipais, reunir testemunhas da minha ação de indefectível fidelidade partidária. Quando mais grave se me afigurou a minha situação, abalada pelos intrigantes, procurei o Sr. Adhemar de Barros e lhe abri, de viva voz, o meu coração de amigo de vinte anos, pedindo-lhe para que confiasse em mim, porque, em holocausto à harmonia partidária e, pelo meu empenho em vê-lo Governador de S. Paulo e depois Presidente da República, estava eu disposto a qualquer entendimento honroso.

BOFETADA MORAL, CHACOTAS E ZOMBARIAS

Dois dias depois deste meu gesto de concórdia e de humilhação, o Diretório Estadual do P.S.P., dirigida, aos diretórios municipais, um ofício que significava violenta bofetada moral na minha dignidade de homem de brio.

A gravidade da ofensa movimentou, dias sucessivos, o noticiário unânime de jornais, rádios e televisões, sobre a hipótese de meu rompimento. Procurei, porém, contorná-lo esperançosos de um pronunciamento do Sr. Adhemar de Barros. Enquanto aguardava essa manifestação, aceitei a interferência de amigos para encontros pessoais com o chefe do P.S.P., mas, inexoravelmente, esses contactos não se realizaram.

Os dias se sucederam enquanto eu esperava a palavra do amigo de vinte anos. Todavia esse amigo — Adhemar de Barros — levava tudo em brincadeira, na chacota, na zombaria e nem mesmo um telefonema pessoal me dirigia para saber o que estava acontecendo.

A palavra tão esperada veio, às 11 horas da manhã do dia 25 de julho findo. E que palavra foi essa? Foi a palavra de achincalhe, de destruição, que me empurrou para o rompimento, efetivado, em manifesto entregue à imprensa, às 21 horas desse mesmo dia. Prefiri perder tudo, inutilizar um longo passado partidário, do que aceitar os desaforos e as afrontas contidas nas declarações do chefe pessepista, cuja leitura passo a fazer, conforme publicou a "Folha da Noite", algumas horas antes da oficialização do meu rompimento.

DECLARAÇÕES DO SR. ADHEMAR DE BARROS A IMPRENSA

"O Sr. Adhemar de Barros foi ouvido pela reportagem em Congonhas enquanto aguardava o Sr. João Goulart — sobre a notícia de que o Senador Lino de Mattos resolvera romper com ele. A princípio, o prefeito tentou desconverter, referindo-se ao "lindo dia que estava fazendo" à "alegria de festejar hoje a união de pessepistas e trabalhistas" etc., acrescentando, então o seguinte: "Tratemos, pois, dos assuntos pela ordem de importância."

Ao que redarguiu a reportagem: — "Mas o caso Lino de Mattos é importante".

Tendo o sr. Adhemar de Barros respondido:

"A questão de ponto de vista" e já não podendo mais fugir à pergunta, acrescentou — "Crianças muito mais importantes já tomaram essa atitude em S. Paulo. Ante o imponderável aceitaremos a luta. Mas lutar contra quem? Não somos D. Quixotes..."

TRAÍÇÃO DO SR. ADHEMAR DE BARROS

Tratou-se o sr. Adhemar de Barros nessas declarações, porque sabedor de que o ponto vulnerável seria atacar-me nos meus brios, fez-lo, então para forçar-me ao desespero do rompimento, evidenciando, dessa maneira, ser pessoalmente, o chefe do meu estrangulamento dentro do P.S.P.. Tratou, também, ao amigo que não é tão destituído de importância como ele quis fazer crer naquelas declarações, porque até a própria vida esse amigo arriscou diversas vezes para defender-lhe o nome.

Tratou-me porque tendo se utilizado da minha longa colaboração não se envergonhou de dispensar-me o tratamento desprezível, contido naquelas suas exortações: "Mas lutar contra quem? Não sou D. Quixote..."; como a dizer que não sou ninguém, nada científico e não valho coisa alguma. Revelou, também, o sr. Adhemar de Barros, em toda a extensão, a sua frieza calculista, a sua indiferença pela sorte dos amigos, o seu temor de sombrar à sua projeção política, o seu ranço e sanha de vingança contra companheiros corajosos e de voz ativa a sua capacidade de esquecer ajudas recebidas, o seu sadismo de trair velhos e dedicados amigos em troca de ferrenhos inimigos, mesmo os que o atingiram na sua honra pessoal ao chamá-lo de ladrão, de gatuno, de regulatório, de corrupto e de corruptor, revelou, enfim, que não sabe ser amigo, não respeita e nem considera amizades.

O desabamento inexorável das iras do sr. Adhemar de Barros sobre minha traição política dentro do P. S. P. somente poderá ser explicado pelo seu sadismo de trair velhos, dedicados e fiéis amigos, em troca de inimigos.

As vítimas da mórbida política do Sr. Adhemar de Barros contra amigos e companheiros, aos quais me reunirei, contam-se às centenas. Não tenho dúvidas de que, muitos outros terão igual sorte se não fugirem enquanto é tempo e antes de serem tachados de traidores, falsos, indignos, porque o prazer do Sr. Adhemar de Barros é fazer-se de vítima e de traidor, convertendo-se em mártir a fim de explorar os sentimentos de piedade e de compaixão da nossa gente simples e boa.

VICE-GOVERNANÇA AO INIMIGO DE ONTEM

O Sr. Adhemar de Barros sabia que somente pela agressão moral aos meus brios, à minha dignidade e à minha honra pessoal poderia afastar-me das posições partidárias, para entregá-las aos seus irreconciliáveis inimigos de ontem — falsos amigos de hoje, porque interessados.

Foi o que aconteceu: o Sr. Adhemar de Barros, para entregar a candidatura de Vice-Governador a um inimigo de ontem, que perdoou São Paulo, em duas campanhas, mostrando, dentro de uma rabeira, um rato, como símbolo do ademarismo, tratou o esbofetado, moralmente, a um amigo e colaborador de vinte anos.

O povo, juiz supremo e irrecorrível, em breve, julgará a mim e ao Sr. Adhemar de Barros.

O Sr. Lima, Teixeira — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Concedo-o com prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Poucos foram, realmente, os amigos do Sr. Adhemar de Barros que o defenderam como V. Ex.ª nesta Casa. Para mim é uma surpresa não só a atitude de V. Ex.ª como os motivos

que originaram a sua decisão. Antes deste Plenário, nas horas mais difíceis para o Presidente do P.S.P., quando enfrentava uma luta árdua com o Governador Janio Quadros, a defesa que fez V. Ex.ª do chefe do seu Partido, inclusive das acusações que, na oportunidade, pesavam sobre S. Ex.ª, aproveitou o acontecimento que V. Ex.ª está narrando para declarar, além da minha surpresa, que veio nele um desestímulo àqueles que agem com lealdade, como V. Ex.ª se portou ao lado do Presidente do Partido Social Progressista; e, ao mesmo tempo, uma lição para os que observam a vida dos Partidos políticos, e que devem precaver-se de fatos semelhantes ao que V. Ex.ª agora anuncia com o seu desligamento do PSP. De qualquer sorte, deixo consensado no discurso de V. Ex.ª que sua atitude para com o Presidente do seu Partido foi sempre de defesa e lealdade, através de discursos proferidos nesta Casa.

O SR. LINO DE MATTOS — Gratíssimo ao generoso aparte do nobre eminente colega Senador Lima Teixeira. Sem dúvida, surpresa para S. Ex.ª, para os mais colegas do Senado da República e, principalmente, para os integrantes do PSP: para mim, todavia, dura e triste realidade.

A fim de que essa decisão popular se fundamente em perfeito conhecimento de causa passo a relacionar os principais elementos comprobatórios das minhas razões.

A carta que transcrevo, a seguir, mostra o meu presentimento, em agosto do ano passado, de que o chefe da conspiração contra mim era o sr. Adhemar de Barros.

E' esta a carta:

"São Paulo, 26 de agosto de 1957.

Dr. Adhemar

O noticiário contraditório sobre a minha posição partidária obriga-me a esta carta. Ao fazê-lo tenho presente alguns episódios principais da minha atuação como seu companheiro de luta política partidária.

Reporto-me, de início, a dois fatos marcantes. O primeiro, entre fins de 1937 e princípios de 1938, quando, presidente da União dos Sindicatos dos Trabalhadores, órgão que congregava todos os sindicatos trabalhistas do Estado, chefiar uma comissão de diretores sindicais que foi pedir, ao então, Presidente Getúlio Vargas a sua nomeação para a Interventoria, marcando, dessa maneira o começo da sua carreira de chefe do executivo.

O segundo fato, muito recente, foi a campanha para a Prefeitura, Comício, Rádio, Televisão, Noites indormidas... guardando urnas. Urnas que sabíamos significavam a sua reabilitação moral e política.

Esta rememoração segue, agora, a ordem cronológica de episódios mais realçados, na época, pela imprensa.

1947 — deputado recém-empossado enfrente os juristas do Palácio Nove de Julho que lhe queriam impingir a "Pelaquilha" — Constituição Provisória — para derrubá-lo dos Camões Nícteos.

1948 — dias seguidos na Tribuna, um dos quais, 14 horas, falando sem cessar na obstrução do requerimento que pedia intervenção federal.

1952 — mês de maio, nas selvas amazônicas, no chamado inferno verde, em busca dos destrófos do avião Presidente.

1947 — 1954, exatamente 8 anos, na defesa intransigente do seu Governo e do nosso P.S.P., como tal caístei que me valeu um processo-crime por haver reagido às acusações de certo deputado ao programa de televisão.

Fazendo inimigos e abandonando amigos para ficar com o P.S.P. não acompanhei o engenheiro Cabo Dias Batista e fui demitido de Secretário da Educação por não concordar com o Prof. Garcez.

Nas mesmas condições, a fim de provar a minha desambição, ouvi calado as aclamações dos convencionais, no Cine República, indicando o meu nome para seu companheiro de chapa como Vice-Governador.

Registro ainda, nesta espécie do meu "Curriculum-Vitae" "político, o drama da aceitação, contra a minha vontade, da Prefeitura de São Paulo.

Eleito com o apoio do P.T.B. mas sem a sua atuação pessoal durante toda a campanha, pude-S.P. e a obediência de todos os mos provar a vitalidade do P. pessepistas ao chefe partidário, ausente do país em viagem de recreio aos Estados Unidos.

Finalmente, como fecho destas recordações da luta comum, a minha renúncia à Prefeitura, cercada de controvérsias e de incompreensões para, disciplinadamente, sem nenhum azedume, obedecer ao esquema, apresentado em seu nome, da entrega do cargo ao vice-prefeito Piza que havia assumido compromissos partidários e, por outra parte voltar para o Congresso, a fim de defendê-lo da Tribuna do Senado da República nos processos que o conduziram a exilar-se no Paraguai e Bolívia.

Essa minha atuação partidária me desobriga, portanto, de qualquer esclarecimento face ao referido noticiário.

Abordo o assunto, porque, parece evidente, que a inspiração desse noticiário obedece ao plano do estabelecido, entre os nossos próprios companheiros, certa dúvida ou mesmo suspeita, para abalar a minha tradição de fidelidade e disciplina partidária, de lutador intransigentemente colocado na primeira linha das nossas batalhas eleitorais o que jamais se acovardou frente às dificuldades e importância da missão recebida.

Ainda que eu me esforce em não dar maior importância a tal situação causa estranheza que o próprio chefe pessepista permita que se publique, como entrevista sua, afirmações sobre a existência de brigas no seio do P. S. P. porque certos elementos pretendem impor as suas candidaturas aos Campos Elísios, mencionando-se entre os mesmos o meu nome.

Estou convencido de que essas ocorrências se registram à sua revelia. Juntos durante vinte anos, dois dos quais dentro do P. S. P. portanto, desde a sua fundação, não lhe será possível apresentar uma única imposição, feita por mim, que revelasse ambição pessoal em detrimento do companheiro mais credenciado.

Nunca briguei, dentro do P. S. P. para exigir os melhores postos. Nunca permiti e não permitirei jamais que a simpatia dos pessepistas pelo meu modo de nome seja combatida por meio de intrigas, invenções e falsidades.

Creio que assim esclarecidas as reportagens políticas ter-se-á conseguido dar o verdadeiro sentido às nossas lutas internas, sempre voltadas para o respeito aos sentimentos democráticos de cada companheiro.

Esta carta se tornou imperativa como satisfação que devo aos

pessepistas e, em geral à opinião pública, por isso tomarei a liberdade de oportunamente, fornecer cópias à imprensa.

Cordialmente, o correligionário e amigo Lino de Mattos.

Ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar de Barros, D.D. Presidente Nacional do P.S.P. — Em mãos".

A resposta. Sr. Presidente, do Sr. Adhemar de Barros, foi-me altamente confortadora, tanto assim que atendi à sua solicitação, conservando em sigilo, até este instante, a carta a cuja leitura acabei de proceder. Infelizmente, esse estado de alma durou pouco. As intrigas, as mesquinhasarias contra meu nome continuaram. Apesar dessa situação, quando, em 10 de julho, findo, fui interpelado pela Imprensa, declarei o seguinte, conforme publicou o jornal *Diário de São Paulo*, naquela data:

INSISTE LINO DE MATTOS: CANDIDATURA PARTIDÁRIA A VICE-GOVERNANÇA

O Senador Lino de Mattos, esteve, ontem em São Paulo, regressando à noite à Capital da República. Ouvido pela reportagem, em Congonhas, disse o senador do PSP que "tudo corria bem". Interpelado sobre recente pronunciamento do Sr. Adhemar de Barros em torno do problema da escolha do candidato à vice-governança, declarou-nos o Senador Lino de Mattos que considera certa a orientação do Sr. Adhemar de Barros, que tem adiado a solução. "Não há pressa" — disse, e referindo-se à declaração do Prefeito sobre as suas atividades no Interior, acentuou o Senador:

"O meu chefe partidário ao qualificar a "trabalho danoso" a minha peregrinação pelas cidades do Interior disse uma verdade, porque esse meu trabalho deve estar causando "danos", de fato, aos que imaginam galgar os Campos Elísios na garupa do P. S. P. e à custa do sacrifício dos milhares de correligionários pessepistas, responsáveis pelos nossos diretores municipais.

Essa minha decisão de visitar os diretores municipais pessepistas vem suscitando muita celeuma e sei que vem alimentando os intrigantes na faina de me incriminabilizar, até mesmo com o Sr. Adhemar de Barros, o que por certo não se conseguirá, porque essa minha atuação é partidária e dela tenho o testemunho honrado e honesto de companheiros decentes espalhados pelo interior paulista".

CAMPANHA DE ADHEMAR

As minhas palestras com os correligionários da nossa hinterlandia podem ser reproduzidas pelos mesmos, porque me limito a fazer a campanha do nosso candidato Adhemar de Barros e a recolher impressões sobre a posição dos nossos diretores, quanto ao problema da vice-governança. Nada peço em meu favor e quando o meu nome passa a ser considerado por insistência de companheiros pessepistas às reuniões, explico-lhes que não me preocupa o problema pessoal de ser ou não candidato a vice, porque o meu mandato de Senador termina em 1963, o que me deixa à vontade para poder esperar as eleições de 3 de outubro de 1962. Procuro mostrar aos com-

panheiros que o P. S. P. dispõe de muitos nomes partidários, sendo fácil encontrar um pessepista cuja investidura garantiria a orientação, que defendo de vice-governador do próprio partido. Nunca fiz, em cidade alguma, restrição a qualquer nome pessepista, desde que livremente indicado pelos convencionais. Quem afirmar que critico companheiros mente e faz intriga. Não luto contra companheiros pessepistas porque luto a favor do P. S. P. conforme provam todos os meus atos de coerência partidária.

Continuarei, portanto, dentro dessa orientação e enquanto a chefia da campanha não me atribuir tarefa diferente, a visitar a nossa gente em todos os recantos do Estado, na propaganda de Adhemar de Barros e na pregação de candidato a vice-governador saído das fileiras do P. S. P."

Sr. Presidente, os comentaristas políticos sentiram minhas declarações o meu inabalável propósito de harmonia partidária, consoante se registrou neste tópico que retirei de um dos jornais do dia 11 de julho o "O Diário de São Paulo":

COESÃO NO P.S.P.

Assinala-se que a despeito de explorações feitas momentaneamente na área situacionista, o PSP caminha tranqüilo para o embate de 3 de outubro. As declarações do senador Lino de Mattos, segundo se acentua, tiveram ótima ressonância, contribuindo para criar uma atmosfera de paz, nos quadros sociais-progessistas. O que vale dizer que a esperança de cisão, durante tanto tempo acalentada pelo "janismo", malograra. Frisasse, por outro lado, que o Sr. Lino de Mattos soube dar grandeza ao ponto de vista pelo qual se bate.

A vista dessas minhas declarações que conflitavam com o ambiente de mal estar e de agitação entre os elementos que cercam, o Sr. Ademar de Barros, procurou-me, novamente, a reportagem credenciada no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, no dia seguinte — 12 de julho — para nova entrevista, numa espécie de afirmação entre o procedimento meu e o do grupo chefiado contra mim pelo próprio presidente nacional do P.S.P.

Declarei, então:

Retornando do Rio, o senador Lino de Mattos palestrou ontem com a reportagem, afirmando que realmente dissera a um jornal do Rio que jamais se considerara candidato à vice-governança de São Paulo. Acrescentou também que não é exata a afirmação de que é contrário à candidatura do general Porfírio da Paz, pelo PSP.

"Não combato nomes — frisou — mas defendo candidatos partidários e não faço distinção entre pessepistas da hora zero ou da hora presente. Na convenção partidária, defenderei o meu ponto de vista, sem me preocupar com nomes, desde que sejam pessepistas. Não me preocupo em ser ou deixar de ser companheiro de chapa do Sr. Adhemar de Barros. Posso esperar as eleições de 3 de outubro de 1962. Meu mandato de senador termina em janeiro de 1963. Tenho tempo para esperar. Sou partidário".

"Quando foi lançada minha candidatura a prefeito, aceitei-a por ser disciplinado. Não poderia interessar-me a Prefeitura de São Paulo. Aceitei porque meu nome,

no entender dos convencionais, era fator de vitória, conforme o foi. Não deixarei, pois, de obedecer aos convencionais, conforme sempre o fiz, principalmente tendo em vista que o próximo vice representará, em 1960, função decisiva no esquema sucessório da República. Somente os correligionários pessepistas que irão compor a próxima convenção poderão decidir se o meu nome ajudará ou atrapalhará a vitória do Senhor Adhemar de Barros".

Referindo-se ao trabalho que vem desenvolvendo, no interior do Estado, "um trabalho impessoal, pela vitória do candidato do partido a governador e pesquisando a posição do PSP, salientou o senador Lino de Mattos: "Em grande parte das cidades que visito, os elementos pessepistas indagam, infalivelmente, qual a situação da chapa do partido para a disputa dos Campos Elísios. Digo, então, o que há pouco declarei, ou seja, defendo a formação da chapa partidária, sem desprezar o fortalecimento do partido".

Aludindo à próxima convenção, o senador pessepista disse que acatará suas decisões, desde que venha o certame a ser realizado regularmente e de acordo com o que ficou estabelecido na convenção anterior.

"Eu a acatarei — concluiu — desde que três condições sejam observadas: votação secreta, eliminação das procurações e inalterada liberdade aos convencionais para se manifestarem".

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos) — Pondero ao nobre orador que falta um minuto para terminar a hora do Expediente.

O SR. ABELARDO JUREMA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requero a V. Ex. consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o eminente Senador Lino de Mattos possa concluir suas considerações.

O SR. PRESIDENTE — A Casa acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Abelardo Jurema.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados.

(Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS — Sr. Presidente, sou muito grato ao nobre colega, Senador Abelardo Jurema, e à Casa, por me haverem permitido concluir meu discurso.

Essa minha orientação de paz e de trabalho irritou aos que queriam a guerra, queriam a minha destruição; por isso, em desespero, o Diretório Regional do P. S. P. mostrou à luz do dia o plano urdido, dirigindo, então, aos Diretores municipais pessepistas o ofício que motivou a minha imediata reação e repulsa.

Vou ler o Ofício, seguido do comentário do jornal paulista, "Diário Popular" do dia 18 de julho:

"Senhores Diretores dos Diretórios Municipais:

"Chegando ao conhecimento da alta direção partidária que os nossos Diretores do Interior têm recebido boletins e circulares expedidos, como se o fôsse pelo Diretório Regional, vimos alertar os companheiros sobre a procedência clandestina das mesmas, cuja autoria só pode ser atribuída a elementos que, no interesse próprio, objetivam labutar a con-

fusão entre os nossos correligionários.

Outrossim, vimos declarar que nenhum elemento do Partido Social Progressista, recebeu delegação de espécie alguma para visitar os Diretórios, falar quer em nome da direção partidária, quer em nome do chefe nacional do P. S. P., sr. Adhemar de Barros, se alguém o fez objetivando tirar patrocínio das decisões a serem tomadas na próxima convenção, fê-lo exclusivamente em nome pessoal, com objetivos que, evidentemente só podem prejudicar a superior orientação partidária e do seu chefe, sr. Adhemar de Barros, a quem cabem as decisões supremas, que tem constituído motivo de acurado estudo em face ao panorama político do Estado e dentro deste colimam a defesa dos interesses do partido e de todos os dedicados companheiros de lutas.

"Pretende o Diretório Regional marcar a convenção para a escolha dos candidatos à vice-governança e senatoria para os dias 28 e 29 do corrente. Os convenções não têm direito a voto, não devem penetrar no recinto da convenção sem estarem plenamente esclarecidos e orientados a respeito das decisões a serem tomadas. Esta orientação só poderá ser dada pelo presidente nacional Sr. Adhemar de Barros e pelo presidente em exercício do Diretório Estadual, sr. José Barone Mercadante.

Solicitamos com urgência, o favor de acusar o recebimento desta. Cordialmente, José Barone Mercadante, presidente; Paulo Lauro, secretário-geral".

E' a seguinte a posição de Lino de Mattos, segundo o comentário do "Diário Popular":

"Ao que se sabe, o único elemento do P.S.P. que ostensivamente, vem visitando os diretórios do interior e enviando propaganda, é o senador Lino de Mattos, que lidera ponderável corrente de opinião dentro do partido. Daí se conjecturar seja ele o correligionário apontado no comunicado em apêço. Por isso mesmo, procuramos entrar em contato com S.S., porém acontece que o senador se acha ausente da capital viajando pelo Alta Paulista. No entanto, colhemos a seguinte reação de pessoas chegadas ao Sr. Lino de Mattos:

"Enquanto elementos permanecem comodamente na capital, fabricando o Sr. Adhemar de Barros, o Senador Lino de Mattos percorre o interior do Estado, numa das maiores campanhas em favor da candidatura de Adhemar a governador e dos candidatos do partido à Assembleia Legislativa e à Câmara Federal. Lino vem desenvolvendo exaustivo trabalho nesse sentido e até domingo percorrerá dezenas de municípios com esse objetivo. Por outro lado, se na convenção regional houver votação secreta, tudo bem; se não tudo mal, com possibilidade de censureção no partido".

A esse Ofício, Sr. Presidente reagiu, concedendo a seguinte entrevista publicada pela unanimidade da Imprensa paulista, no dia vinte e dois de julho:

"O Ofício que o presidente em exercício e o secretário-geral do P.S.P. enviaram aos dirigentes municipais causou-me estupefação. Esse documento, publicado no caráter oficial pelo jornal "O Dia" e reproduzido pela unani-

midade da imprensa, rádio e televisão, não pode deixar de ser interpretado com revelação pública de que se pretende impor o guante de uma odiosa ditadura aos trabalhos da Convenção partidária, a se realizar nos dias 28 e 29 do corrente mês.

"Os termos infelizes e estapafúrdios do referido Ofício chegam a arrepiar cabelos quando afirmam que as decisões supremas do P.S.P. cabem somente ao chefe nacional e por isso exige que "os convenções com direito de voto não devem penetrar no recinto da Convenção sem estarem plenamente esclarecidos e orientados pessoalmente pelos Srs. Adhemar de Barros e Barone Mercadante, o respeito das decisões a serem tomadas".

"Confesso que me é difícil acreditar tenha o próprio Sr. Adhemar de Barros autorizado os Srs. Barone Mercadante e Paulo Lauro a dizerem, à luz meridiana do dia, que os convenções devem aular-se, transformando-se em simples títeres ou bonecos movidos por cordéis, cuja missão é no convencional, seria apenas de dizerem amem.

"Não aceito essa orientação. Tenho um longo passado de lutas democráticas que me obrigam a rebelar-me contra as tiranias do personalismo. Em holocausto ao meu chefe partidário fiz muitos sacrifícios, sobejamente conhecidos pela opinião pública. Aceitar, porém atos de subserviência através do silêncio ou da omissão, quando se ofende a minha dignidade de político de formação democrática, não me é possível. Em tais condições eu me reservo para dizer, dentro dos próximos dias e antes da Convenção, qual o rumo que irei seguir. E' atitude que me obriga a discutir com os correligionários mais ligados a mim, principalmente dos diretórios municipais do interior, conforme estou fazendo rapidamente. Estou à vontade nessa guerra que me foi declarada, porque, no meu trabalho em favor do candidato do próprio P.S.P. à vice-governança, procurei excluir o meu nome, conforme o testemunho honrado de alguns milhares de membros dos diretórios pespistas, aos quais visitei e lhes dirigi a palavra na longa peregrinação que vinha fazendo pelo interior do Estado. Nada pedi para mim. Tudo pedi para o P.S.P. e para o Sr. Adhemar de Barros. Não aceito, portanto, que me paguem tão longo e penoso trabalho com ingratições e tração.

"E' provável que eu seja traído nas minhas convicções democráticas, ao ajudar o dar vida e crescimento do P.S.P., mas reagirei em termos que se harmonizem com os próprios brios da terra e da gente bandeirante, que represento no mais alto Parlamento da nação".

A contra-ação do Diretório Regional do P.S.P. em vez do reconhecimento público do erro cometido, foi para agravar mais a situação, conforme o comunicado que transcrevo do jornal oficial do Sr. Adhemar de Barros — O Dia, número 23 de julho:

Em reunião, ontem realizada com a presença dos diretores, Srs. José Barone Mercadante, Confídio Sampaio, Pedro Fagnanillo, Antonio Emygdio de Barros Filho, Theotônio Monteiro de Barros Filho, Paulo Lauro, José Carvalho Sobrinho, Mario Antu-

nes Maciel Ramos, Lino Prestes, Artur Audrá, Elias Shanunass, José Olog, Bastos Luiz Augusto de Mattos e Mario Beni, o Diretório Regional do Partido Social Progressista aprovou a seguinte nota:

"O Diretório Regional do Partido Social Progressista tendo em vista o recente pronunciamento do Senador Lino de Mattos, vem a público para manifestar que o comunicado de julho corrente subscrito pelo seu presidente Senhor José Barone Mercadante e pelo seu secretário-geral, Doutor Paulo Lauro, visou a esclarecer definitivamente a seus correligionários:

a) que as cartas ou circulares de qualquer natureza, que lhes tenham chegado ou cheguem às mãos, veiculando instruções ou solicitando informações partidárias, são documentos destituídos de autenticidade, desde que não assinados pelo presidente ou secretário do Diretório Regional;

b) que não passam de meros impostores as pessoas que, não pertencendo à sua superior direção, ou que por ela não são devidamente credenciadas, a eles ou aos Diretórios se dirijam em nome do Partido;

c) que ao senador Lino de Mattos, vice-presidente do Diretório Regional, assiste qualquer motivo para estupefação em face do referido comunicado de julho corrente, pois nem se lhe negam direitos e prerrogativas para participar da presente campanha eleitoral, nem se pode admitir que S. Ex. ignore artigos dos Estatutos Partidários, pois são os mesmos que estabeleceram nas Convenções anteriores as normas de procedimento, através das quais foi o seu nome escolhido para figurar como candidato a Deputado Estadual, Senador da República e a Prefeito da Capital pela legenda do P. S. P.;

d) nessa conformidade, o que causa estranheza ao Diretório Regional do P. S. P. é agora o paradoxal pronunciamento do senador Lino de Mattos. Sua Excelência nas Convenções anteriores já permitiu, repita-se, que a escolha de seu nome para os aludidos cargos se procedesse na conformidade das mesmas normas estatutárias vigentes que, nesta oportunidade, inexplicavelmente increpa de tirânicas e ditatoriais.

Esta declaração, que reafirma a conduta estritamente democrática do P. S. P., não invalida a hipótese de haver-se fundado a pública manifestação do senador Lino de Mattos numa errônea interpretação dos termos do comunicado em causa, todo ele condizente com os altos interesses da superior orientação partidária.

A provocação seguia, portanto, o seu curso normal, razão por que deliberamos enfrentá-la. Voltei, no dia imediato — 24 de julho — com o comunicado seguinte, que transcrevo do jornal Última Hora:

"O comunicado-resposta do Diretório Regional do PSP é da redação típica de advogado criminalista. É uma tentativa de desviar a atenção do povo da verdadeira causa do crime".

Nesses termos, voltou o Senador Lino de Mattos a pronunciar-se sobre o "affaire" surgido no seio do PSP, entre o representante no Monroe e o Sr. Adhemar de Barros. Continuando, diz ainda a nota distribuída à imprensa:

"O rime contra o próprio regime democrático, merecedor de ser examinado pela Comissão Parlamentar de Inquérito contra a Corrupção Eleitoral, está no "confissão", criado para os membros dos diretórios municipais que serão obrigados a não entrar no recinto da convenção sem primeiro serem "orientados" pessoalmente pelos Srs. Adhemar de Barros e Barone Mercadante a respeito das decisões que irão tomar. A prova pública do propósito de se desviar a atenção do povo do verdadeiro móvel do crime eleitoral está no silêncio absoluto mantido pelo referido comunicado sobre esse "confissão", onde deverão permanecer, antes do início da convenção, os Srs. Adhemar de Barros e Barone Mercadante para "perdoarem" ou não pecados de correligionários dignos, ativos, independentes e democratas."

Estávamos no fragor de uma batalha, cujas armas e munições eram os ofícios, as entrevistas, os comunicados, os comentários da imprensa e cuja vítima um companheiro de 20 anos do Sr. Adhemar de Barros. Todavia, até então, nenhum pronunciamento seu tinha vindo a público. Constituiu, pois, imensa surpresa que o Sr. Adhemar de Barros, procurador pela Imprensa no dia 24 de julho confirmasse pura e simplesmente que de nada sabia.

E a seguinte a sua entrevista:

"Ainda não fiquei sabendo do inteiro teor das declarações do senador. Não me levaram ao conhecimento tudo o que se passou. Mas, pelo que sei, devo dizer que não levo o caso muito a sério."

Com o propósito de não deixar dúvidas quanto ao meu desejo de não ser candidato a Vice-Governador, enviei certas aos jornais "Folhas da Manhã; da Tarde e da Noite", cujas publicações feitas nas edições do dia 24 de julho, forneciam ao Sr. Adhemar de Barros a certeza da minha honestidade na condução do problema.

Transcrevo essa carta, inclusive título, subtítulos e comentários, das "Folhas" para mostrar o meu desinteresse pela candidatura a Vice-Governador.

"Cartas à Redação

"CONFISSÃO PÚBLICA E LEAL" A PROPÓSITO DE UM EDITORIAL POLÍTICO DAS "FOLHAS"

Carta do Senador Lino de Mattos aos nossos jornais

A propósito de um editorial publicado pela "Folhas" anteriormente, o Senador Lino de Mattos enviou-nos de Itapira, na mesma data, a seguinte carta:

"A opinião das "Folhas", comentada sob o título "Personalismo contra Personalismo", de que as minhas divergências com o Sr. Adhemar de Barros se originam do fato de terem sido contrariados os meus interesses políticos porque desejo ser candidato ao cargo de vice-governador, me obriga a esta carta para uma análise do meu comportamento uniforme em dois casos sucessórios: Prefeitura da Capital e governo do Estado.

"Creio evidente que, no caso da Prefeitura, o meu interesse político seria atendido com um vice-prefeito que amarrasse o Sr. Adhemar de Barros e não se permitisse candidatar-se aos Campos Elísios para facilitar a minha própria candidatura.

"Preferi defender os interesses P. S. P. através da candidatura ao Sr. Cândido Sampaio.

"É público e notório que o Senhor Ademar de Barros queria candidato extra-partidário. A minha concordância agradava ao chefe pessepista e deixaria em aberto a oportunidade para a minha candidatura aos Campos Elísios.

"No caso da atual sucessão governamental a situação é a mesma. Na hipótese de candidato a vice-governador extra-partidário, o Sr. Ademar de Barros poderia ter os planos alterados, em uma rejeição Novelli Júnior.

"O meu interesse político poderia ser atendido se o Sr. Ademar de Barros ficasse preso aos Campos Elísios por força de um vice-governador inseguro, porque, numa composição de forças nacionais, São Paulo dará o presidente ou o vice-presidente da República, não sendo, portanto, de se estranhar a possibilidade do exame do meu modesto nome.

"Apesar dessa circunstância a minha luta é por candidato a vice-governador que propicie ao Sr. Ademar de Barros o ensejo de se candidatar ao Catete, enquanto o mesmo inexplicavelmente luta contra essa minha orientação.

"Quanto à afirmação de que pretendo, ser candidato a vice-governador, ofereço às Fôlhas a argumentação que desenvolvi em mais de duzentos diretórios pessepistas que visitei:

"O meu mandato de senador termina em 1963. Em 3 de outubro de 1962 teremos eleições para governador e vice-governador, dois senadores, deputados federais e estaduais. E de procedência idêntica admitir-se que, se o Sr. Ademar de Barros for eleito terei o campo livre para pleitear, em 1962, mandato de 4 anos nos Campos Elísios. Essa perspectiva me é muito mais fascinante do que a atual vice-governança, porque o senhor Ademar de Barros poderá encontrar dificuldades para a sua marcha ao Catete e não renunciar ao governo de São Paulo. Basta que o P. S. D. e o P. T. B. se encaminhem na direção do general Teixeira Lott para cair por terra as esperanças do companheiro de chapa do chefe pessepista.

"Sou dos que acreditam que o Sr. Ademar de Barros, antes que os outros o façam, subirá na estátua equestre do Duque de Caxias na praça Princesa Isabel, para lançar a candidatura do general Teixeira Lott, repetindo o que fez, no Monumento do Ipiranga, em 1950, com o Sr. Getúlio Vargas.

"Com tais ameaças e factos ao meu feitio de homem público que necessita de uma tribuna parlamentar ou cargo executivo para a minha atuação, creio possível que as Fôlhas acreditem na confissão pública e leal do meu completo desinteresse em ser companheiro de chapa do Sr. Ademar de Barros.

"Político-partidário disciplinado, apaixonado na defesa do prestígio do P. S. P. em todo o território nacional, conforme del provas exuberantes em muitas oportunidades, a última delas no caso da intervenção federal em Alegria contra o pessepista Muniz Falcão quando, embora senador por São Paulo, procurei defender, da Tribuna do Senado, o governo alagoano, condiciono sempre os meus atos partidários

à vontade da maioria dos correligionários.

"A luta que se trava no seio do P.S.P. não deve, portanto, ser classificada de personalista, porque, repito, defendo antes e acima de tudo o prestígio da agremiação partidária a que pertence e a cujo crescimento muito dei em dedicação e sacrifícios pessoais.

"Cordialmente grato, subscrevo-me com apreço e muita consideração".

N. da R. — A "confissão pública e leal" do completo desinteresse do Sr. Lino de Matos em ser companheiro de chapa do Sr. Ademar de Barros é oportuna para a análise dos acontecimentos. O editorial que mereceu do senador os reparos acima transcritos, entretanto, baseava-se no seu comportamento durante toda a atual campanha sucessória. O qual deu aos observadores equidistantes das quízielas partidárias a impressão de que o Sr. Lino de Matos entrou em choque com os companheiros da alta direção do P.S.P. principalmente porque os seus interesses políticos estavam sendo contrariados.

Quanto aos argumentos que o Sr. Lino de Matos oferece para defender sua posição, acreditamos que, transferidos para o seu partido, poderão ser de valia para a solução da crise pessepista e da situação pessoal do senador dentro do P.S.P.

A sequência dos elementos que fornecem para auxiliar o julgamento do meu comportamento mostra que não se explicava e não se compreendia a entrevista que, no dia seguinte — 25 de julho, às 11 da manhã, concedeu o Sr. Ademar de Barros para forçar-me ao rompimento.

O Manifesto do meu rompimento que transcrevo, seguido de declarações formuladas à vista das perguntas dos repórteres, diz bem do meu sacrifício e da minha luta como homem de partido:

"Acreditei durante vinte anos no Sr. Ademar de Barros, como meu chefe político.

Foi por acreditar que, em princípios de 1938, na qualidade de presidente da União dos Sindicatos de Trabalhadores, órgão que, na época, congregava todos os sindicatos do Estado, chefei uma

missão de dirigentes sindicais que pediu a Getúlio Vargas a sua nomeação para a Interventoria marcando o início da sua ascensão política.

Nas mesmas condições foi essa minha credulidade que me conduziu a abrir-lhe novo crédito, depois de não haver cumprido um único compromisso com os trabalhadores e das suas perseguições à minha pessoa durante o seu governo como interventor em São Paulo.

Deputado estadual de 1947 a 1954, conservei oito anos na sua defesa pessoal, com tal dedicação, disciplina partidária e amizade, que me valeram inúmeras brigas violentas, uma das quais terminou em processo-crime, porque reagi às acusações do deputado Juvenal Seixon, que, em programa de televisão, chamava, não a mim, mas o Sr. Ademar de Barros de ladrão e peculatório.

Foi porque acreditava no chefe pessepista que, para honrar-lhe o nome, face a seus compromissos publicamente assumidos, comandei, em maio de 1952, nas selvas amazônicas os para-que-

distas nas buscas dos destroços do avião "Presidente".

Igualmente, foi por acreditar, que fiquei quinze dias sucessivos na Tribuna da Assembléia Legislativa, um dos quais durante 14 horas, falando sem cessar, na obstrução do pedido de Intervenção Federal.

Porque acreditava, aceitei a minha candidatura ao Senado, embora os convencionais, reunidos no Cine República, aclamassem o meu nome para seu companheiro de chapa, como vice-governador nas eleições de 1954, das quais saí vitorioso e derrotados os Srs. Ademar de Barros e Erlindo Salzano.

Foi também, por acreditar, por ter amizade e confiança que concordei na tentativa do meu suicídio político ao aceitar a minha candidatura a prefeito de São Paulo e posteriormente renunciei para atender esquema hoje publicamente conhecido.

Porque continuei acreditando no Sr. Ademar de Barros, pronunciei no Senado da República, uma série de discursos, amplamente publicados pela imprensa, em sua defesa, nos casos dos "Chevrolet", quando da sua fuga para o Paraguai e a Bolívia.

DISCIPLINA, FIDELIDADE E CONSTANCIA

Seria longa e fastidiosa a enumeração de atos de disciplina e fidelidade partidária que fizeram de mim, possivelmente, o único político no Brasil, cujo maior prestígio e respeito público decorrem, exatamente, desse espírito de constância a lado de um chefe e nas fileiras de um mesmo partido político. Essa disciplina, fidelidade e constância valeram-me invejas, ciúmes, despeitos, lutas secretas de grupos que se organizaram contra mim, mas, a tudo e a todos, enfrentei serenamente, com a preocupação única de contribuir para as vitórias eleitorais do Sr. Ademar de Barros conforme, ainda se verificou, nas recentes eleições para a Prefeitura da Capital, quando, até guardar urnas no Ibirapuera eu o fiz, porque sabia que eram urnas que significavam a sua reabilitação moral e política".

FORAM 20 ANOS INÚTEIS

Hoje não acredito mais no político Ademar de Barros. O episódio da atual sucessão governamental, mostrou-me, em toda a dura realidade, que foram 20 anos inúteis, porque não me fiz compreendido, e, a chefe pessepista, de nada valeram os seus próprios sofrimentos.

Prêso, feito peru, em um diminuto círculo de bajuladores os seus ouvidos passaram a ser o órgão fisiológico fundamental e quase único do seu corpo. O Sr. Ademar de Barros não conversa direito com ninguém. Não toma conhecimento, com seriedade, de coisa alguma. Diz uma coisa hoje e outra amanhã. Confunde a todos de propósito pré-concebido. Não vê, conforme revelou em sua última entrevista ao declarar, de maneira desdenhosa, que não levava o atual caso muito a sério. No entretanto, no mesmo caso está envolvido, um companheiro que o segue há 20 anos. Insinua, de maneira perversa, a minha ligação às cartas e circulares anônimas, numa revelação pública de que o ofício assinado pelos Srs. Barone Mercadante e Paulo Lauro no qual tanto se preocuparam com detalhes tão baixos, foi redigido por sua de-

terminação. Esqueceu-se o Sr. Ademar de Barros que tenho por norma invariável de conduta dizer desassombrado o que sinto sem recorrer ao anonimato. O povo sabe disso e o Sr. Ademar de Barros também.

Não respeita a inteligência a argúcia inatas do povo que a tudo acompanhando e de tudo sabendo, certamente qualificará de ridículo o seu raciocínio de que me "sangro em saúde", porque o meu desejo de candidato partidário a vice-governador "não é só o meu e sim de todos", como a dizer que sou um refinado idiota, batendo-me por uma causa contra a qual ninguém está.

Repito, portanto, que não posso mais continuar acreditando num chefe partidário que me agride moralmente, e que me atribui atos infamantes.

Chefe que orienta agressão por palavras, oficiais, cartas e comunicados partidários e depois, em declarações públicas, me dá razão "em parte" quanto crítico o presidente em exercício e o secretário-geral do PSP.

A minha luta é a de um idealista.

ADHEMAR É DONO DE PARTIDO

Reconheço haver errado ao concordar com muitas violações de preceitos democráticos no seio do PSP, mas o fiz na ilusão de que um dia vitorioso no seu ingente batalhão, teria no Sr. Ademar de Barros, um chefe democrata, digno de galgar a presidência da República, nunca, porém um impenitente "dono do partido" a levar na indolente ditatorial ao extremo da criação de um "confessionário", a cuja purgação submeteria convencionais, para lembrá-los de que o diretório municipal será substituído por outro a sua supremacia vontade de "dono" não prevalecer.

"PODERIA SER VITORIOSO NA CONVENÇÃO"

Não participarei dessa farsa. Poderia comparecer à Convenção do PSP, talvez até mesmo para sair vitorioso com a tese de candidato partidário. Mas para que, se não acreditando mais no Senhor Ademar de Barros, não posso continuar ao seu lado? "Deno" do PSP, sem ninguém a molestá-lo poderá o Sr. Ademar de Barros impor o vice-governador extra-partidário que melhor lhe convier pessoalmente".

"Muitos companheiros entendem que eu deveria organizar uma dissidência partidária para lutar dentro do PSP contra a prepotência do "dono". Conheço as máquinas partidárias para saber escolher a trincheira, a fim de prosseguir na luta contra os algozes da democracia. Não chefiarei nenhuma dissidência pessepista. Cada companheiro e amigo deverá saber como comportar-se.

Rompo politicamente com o Senhor Ademar de Barros e me liberto, a fim de escolher o novo rumo para a minha pregação democrática".

AINDA SEM RUMO

Após a leitura desse manifesto, o senador Lino de Matos submeteu-se a várias perguntas dos repórteres. A primeira delas versou sobre qual o rumo que iria tomar, no pleito de 3 de outubro. Respondeu:

"Todos não de compreender que vivo um instante da maior emoção. Separar-me de um chefe político ao qual estava ligado há mais de 20 anos, uma existência, é coisa que abala. E' certo que neste instante não me é possível ter uma idéia de quando poderei falar sobre o caminho a seguir. O povo de São Paulo, entretanto, terá conhecimento dentro do menor espaço de tempo possível do que pretendo fazer".

A indagação seguinte referiu-se à possibilidade de uma composição política com os Campos Elísios. Afirmou o senador:

"Não sei ainda. Vai depender substancialmente dos próximos dias. O certo, para agora, é que minha única preocupação é regressar ao Rio, voltar ao Senado, defender os interesses de São Paulo, principalmente os de caráter econômico-financeiros, e, especialmente, os assuntos ligados ao café e algodão.

A possibilidade de um reatamento de relações com o Senhor Adhemar de Barros, respondeu o senador Lino de Mattos:

"Rompi com o Sr. Adhemar de Barros, libertando-me a fim de tomar um novo rumo na minha pregação democrática. O rompimento resultou de uma trama que se pretendeu fazer contra um homem que tem uma tradição de lutas e de honestidade. Não me interessa saber o que vai fazer o Sr. Adhemar de Barros nem vivo em meio a intrigas, como as que pretenderam fazer contra mim.

Sou homem que tem coragem de dizer o que sente e minha luta sempre foi imenso, sempre na defesa da sobrevivência e do crescimento do PSP. De agora por diante, tudo será diferente. Não pretendo recuar da minha atitude, pois que ela foi ditada pela consciência".

A presença dos emissários do Sr. Adhemar de Barros foi constatada pelos representantes da imprensa, na residência do senador Lino de Mattos. A pergunta não ficou sem ser colada. Esclareceu o representante paulista no Monroe:

"Realmente, acabam de sair os Srs. Edmundo Monteiro e o comandante Cavalcanti, emissários enviados pelo Sr. Adhemar de Barros e que me procuraram para transmitir um seu apelo, no sentido de que eu fosse conversar com ele e, através de um entendimento mútuo, acertar a situação. Disse-lhes que gostaria de vê-los bem sucedidos na missão mas que, infelizmente, chegaram sem possibilidades de alterar a minha decisão. Ela é definitiva, irremovível, inabalável. Comuniquei-lhes que encerrei um ciclo de minha vida política, e vou começar outro".

Sr. Presidente, o comentário que se registra na final do referido Manifesto da conta da presença de emissários do Sr. Adhemar de Barros em minha residência.

Chegaram tarde. O Sr. Adhemar de Barros, que me conheço há vinte anos, sabia do insucesso daqueles ilustres e dignos emissários. Eu não me conformaria e não aceitaria os desluzos e as afrontas de que vinha sendo vítima.

Sómente hoje, Sr. Presidente, passados 25 dias da minha decisão, compareço ao Senado para oficializar o meu desligamento partidário. Demorei. Muito me custou acreditar no que aconteceu. Não sou dos políticos

que mudam de agremiação partidária como quem troca de camisa. Enfrentei, portanto, duríssima luta íntima, luta moral, para chegar a esta alta Tribuna deste Augusto Senado da República e cumprir tão difícil e dolorosa obrigação.

Era o que me cabia dizer. (Muito bem; muito bem. O orador é muito cumprimentado.)

Durante o discurso do Senhor Lino de Mattos, o Senhor Cunha Mello deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Senhor Prisco dos Santos.

O SR. PRESIDENTE:

— Vai ser lido requerimento do nobre Senador Gilberto Marinho.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 325, de 1958

Nos termos do art. 123, letra a, do Regimento Interno, requero dispensa de interstício para o Veto n.º 5, de 1958, do Sr. Prefeito do Distrito Federal, a fim de que figure na Ordem do Dia da próxima sessão.

Sala das Sessões 18 de agosto de 1958. — Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

— De conformidade com o voto do Plenário, o Veto n.º 5, de 1958, será incluído na Ordem do Dia da próxima sessão.

O Sr. Prisco dos Santos deixa a cadeira da presidência reassumindo-a o Sr. Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE:

— Recebeu a Mesa outro requerimento.

E' lido o seguinte

Requerimento n. 326, de 1958

Nos termos do art. 123, letra a, do Regimento Interno, requero dispensa de interstício para o Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1957, a fim de que figure na Ordem do Dia da próxima sessão.

Sala das Sessões 18 de agosto de 1958. — Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

— O presente requerimento independe de apeloamento e discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1957, figurará na Ordem do Dia da próxima sessão.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única da redação final do Projeto de Lei da Câmara número 231, de 1957, que acrescenta parágrafo ao art. 682 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho (Dispõe sobre a situação de Juizes representantes classistas dos Tribunais Regionais do Trabalho nas faltas ou impedimentos dos titulares efetivos e respectivos suplentes) (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n. 310, de 1958)

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão (Pausa).

Está encerrada.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

E' a seguinte a redação final aprovada que vai à sanção:

Redação Final do Projeto de Lei da Câmara n.º 231, de 1957, que acrescenta parágrafo ao art. 682, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Ao art. 682, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho é acrescentado o seguinte parágrafo:

"Art. 682.

§ 3.º Na falta ou impedimento de qualquer Juiz representante classista e seu respectivo Suplente, é facultado ao Presidente do Tribunal Regional designar um dos Vogais de Junta de Conciliação e Julgamento para funcionar nas sessões do Tribunal, respeitada a categoria profissional ou econômica do representante".

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 338, de 1956, que dá novo texto à Lei Orgânica do Ensino Secundário, tendo pareceres, sob ns. 1.203 e 1.204, de 1957, e 87, de 1958, das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável; de Educação e Cultura, favorável ao substitutivo da Comissão de Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido.

E' lido e aprovado o seguinte: Dia 18 de agosto de 1958

Requerimento n. 327, de 1958

Nos termos dos arts. 126, letra f, e 155, letra b, do Regimento Interno requero adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara número 338, de 1956, a fim de ser feita na sessão de 20 do mês em curso.

Sala das Sessões em 18 de agosto de 1958. — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

— Em virtude da deliberação do Plenário, o projeto é retirado da Ordem do Dia a fim de ser apreciado no dia 20 do corrente, de acordo com o requerimento.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, primeiro inscrito para esta oportunidade.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o nobre Senador Alencastro Guimarães, segundo orador inscrito.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES:

(Não foi revista pelo orador) — Sr. Presidente, venho à tribuna apelar para o honrado Senhor Presidente da República em nome de numerosos cidadãos atingidos pela recente Circular n. 14, de 12 de agosto em curso.

Bem compreendo e acredito que todos no País o compreenderão — os altos motivos que levaram o digníssimo Senhor Presidente da República a expedir a Circular a qual, como é do conhecimento de todos, determina:

"A partir da data de sua publicação e até 31 de dezembro de 1958 não serão efetuados empréstimos pelas Cartelas de Empréstimos sob garantia hipotecária das Caixas Econômicas Federais, dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, inclusive do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, ficando susgado, durante o aludido período, o andamento de processos já iniciados.

Pretende-se, evidentemente, através dessa Circular evitar a possível interferência de candidatos a renovação da Câmara dos Deputados e do Senado sobre o eleitorado, por intermédio da concessão de empréstimos.

Não resta dúvida de que a providência em si tem base sólida, justa e correta. Tivesse ela, contudo, sido tomada em tempo, marcado prazo para sua execução, poderia passar sem causar maiores males.

Se a Circular houvesse sido baixada seis ou oito meses, dando tempo para que os processos em andamento fossem concluídos e evitando que novos viessem a ser iniciados, seria justa e, sobretudo, fecunda em seus efeitos.

Não é agora, Senhor Presidente, a nós e meio das eleições, quando pouco poderá ser feito no campo do favoritismo, que a Circular produza os efeitos procurados; ao contrário, prejudicará interesses legítimos criados. Acredito que apenas uma ínfima parte dos empréstimos em trânsito pelas Caixas Econômicas e Institutos representa a parcela do favoritismo que, de certo modo, traga vantagens para algum candidato.

Não pode ser admissível a existência de fatos dessa natureza, porque seria o reconhecimento, publicamente, pelo próprio primeiro Magistrado, de administrações corruptas e venais à testa das Caixas Econômicas e dos Institutos.

Se é necessária, indispensável, imperativa e urgente tal providência então essas administrações não merecem a confiança do primeiro Magistrado; são suscetíveis de ser induzidas a favores pouco recomendáveis.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Com todo o prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Estou de inteiro acordo com as judiciais considerações de V. Exa., sobretudo com a ressalva aos propósitos que induziram o Presidente da República a tomar tal deliberação. Deve V. Exa., entretanto, atentar para a circunstância de que os processos já em andamento que lograram despacho, não serão prejudicados.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Afirmando a V. Exa. que cerca de quinhentos interessados estão, no momento, reclamando contra essa Circular.

Que se entende por processo em andamento? Quem pretende um empréstimo para aquisição de uma propriedade, através da Caixa Econômica ou de qualquer Instituto, deve, em primeiro lugar, apresentar o sinal de pagamento, assegurando-se, então, o proprietário o direito da compra. Entra com o pedido de empréstimo, o

processo está em começo de andamento. Centenas de pequenos proprietários a propriedade estão nas condições: receberam algumas economias, deram-nas como sinal e entraram com o requerimento que está sendo examinado. Não está em andamento encontra-se em vias de ser completado. É necessário arrumar a documentação, requisito que em geral as partes conhecem pela extrema complexidade que a fiscalização, a burocracia e o ozonismo impõem. Infelizes dos que tratam com o Poder Público. Eles, afirmo, estão tendo seus pedidos julgados em face dessa Circular. São centenas de pessoas!

Estou pronto. Se o nobre colega Senador Lima Teixeira deseja ir à Caixa Econômica ou convidar essas centenas de interessados a que compareçam ao Senado. Devo dizer a V. Exa. que não me movem ao transmitir tal clamor objetivos eleitorais. Sabem todos que sou dos menos apegados aos processos costumeiros; sou dos que acreditam que numa cidade como o Rio de Janeiro só se pode propor uma candidatura a Senador atingindo os interesses globais da cidade e do País e nunca utilizando processos rasteiros e corriqueiros que, de modo algum, convencem o eleitorado culto e altamente independente da cidade do Rio de Janeiro. Afirmo no entanto a V. Exa. que só vim à tribuna movido e impellido por centenas de súpias de pessoas na iminência de perderem as vezes, dez, cinquenta ou cem mil cruzeiros que deram como sinal e perderão.

As eleições serão a três de outubro; a trinta de setembro qualquer propaganda termina. A vigência da Circular entretanto é até trinta e um de dezembro, atingindo portanto a apuração da eleição, quando é sabido que a 3 de outubro já ninguém pode comprar juizes ou influir em coisa alguma. O fato estará consumado. Por que, então, a Circular fixar o prazo até 31 de dezembro?

Há ainda um fato que reputo de suma gravidade. Por acaso as administrações das Caixas Econômicas e dos Institutos de Pensões e Aposentadorias são suscetíveis ou suspeitas de concederem esses empréstimos para favorecer candidatos?

Se são devem ser demitidas. Caso contrário, a medida é inútil, apenas fôgo de artifício para iludir a opinião pública sem qualquer efeito eleitoral.

O Sr. Lamela Bittencourt — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Com muito prazer.

O Sr. Lamela Bittencourt — Nas últimas palavras de V. Exa. há dois aspectos a considerar. Primeiramente, critica o nobre colega a sinceridade, a justiça ou a legitimidade da medida. Nesse ponto, peço permissão para discordar. A Circular pode ocasionar prejuízos e dificuldades, inclusive as que V. Exa. com tanto espírito de justiça e boa fé destaca pedindo a atenção dos Poderes Públicos. Nessa parte, repito peço venha para discordar do nobre orador.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — O nobre colega tem pleno direito de discordar.

O Sr. Lamela Bittencourt — A providência, certa ou errada, foi ditada pelos mais elevados propósitos. Aliás, isso foi reconhecido de modo geral, pela Imprensa desta Capital, inclusive por órgãos conceituados que não pertencem à linha que apoia politicamente o Governo. Quanto ao outro aspecto destacado por V. Exa., o assunto é relevante e deve ser considerado e examinado pelos Poderes competentes. Desde já no entanto faço uma ponderação que talvez sirva para tranquilizar os interessados.

Parece-me, salvo melhor estudo do aspecto jurídico da questão, que haverá o critério um caso tipicamente de força maior. Os interessados poderão perfeitamente alegar, na defesa de seus direitos e conveniências, que estarão impossibilitados de cumprir o contrato firmado por motivo de força maior supervenientes, estranho à sua vontade e responsabilidade, qual a Circular baixada pelo Presidente da República. Era o que desejava esclarecer ao eminente orador, prestando-lhe homenagem pela maneira elevada por que coloca a questão.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Agradeço o aparte de V. Exa. que muito honra meu modesto discurso.

Sr. Presidente nobre apartante, cabe-me repetir que não ponho em dúvida os altos propósitos do Chefe do Executivo ao fazer expedir a Circular nº 14. Aliás ninguém lhe poderá negar esses objetivos. Apenas assinalo a impossibilidade da medida, no campo prático.

Que influência teriam as concessões de empréstimos nas próximas eleições?

Estamos a 45 dias do pleito. Quando foram expedidas as instruções, a 12 de agosto, estávamos a 50 dias. A possibilidade natural desses processos estaria a indicar que esses empréstimos pouco ou nada poderiam influir no resultado eleitoral.

Sr. Presidente, de que maneira poderiam esses processos de empréstimos influir eleitoralmente? É o indivíduo que compra um apartamento, e, portanto, só um voto obtido. De que maneira se pretende, então, dizer que esse dinheiro emprestado vai influir nas eleições?

O edifício que vai ser vendido está pelo justo preço e creio, ou melhor, sei que notadamente na Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro as avaliações são rigorosas e, portanto, o vendedor recebe o que é seu, coisa que tem faculdade para fazer a qualquer momento, dentro do amplo mercado de imóveis do Distrito Federal. Se o indivíduo recebe dinheiro da caixa para pagar a um terceiro, esse dinheiro saiu de fonte legítima de fonte respeitável, para outro meio legítimo. Mas onde a vantagem eleitoral?

Seria de apenas um voto. É esse voto, porém, que vai influir ou modificar o resultado geral das eleições, numa cidade que agrupa quase um milhão de eleitores?

Seria apenas um voto a mais, e assim, todo o dinheiro da Caixa, aplicado em empréstimos dessa natureza, não conseguiria eleger um só Vereador.

Sr. Presidente, poderia ser dito, com malícia, que os empréstimos vultosos permitem largas comissões aos intermediários, mas se se reconhece a existência desses intermediários nas Caixas Econômicas e Institutos, força é convir que a suspensão dos empréstimos, até 31 de dezembro, apenas suspende, por certo período, para efeitos de artifício eleitoral, males piores, que são as comissões, os subornos e a corrupção. Depois de trinta e um de dezembro, continuarão as irregularidades, e contra isso não há providência alguma.

Não desejo, de nenhum modo, repetir, criticar determinados atos ou propósitos do honrado Presidente da República: convenhamos, no entanto, que ou as administrações dos Institutos e Caixas são honestas, probas, honradas dignas, decidem de acordo com o que é direito e justo — e nesse caso não há importância alguma em que continuem os empréstimos, porque pouco importa que amanhã eu venda um prédio de minha propriedade, para gastar nas eleições, desde que o faça legitimamente a alguém que o possa legitimamente comprar — ou então, essas administrações es-

tão sob suspeita. O que incumbe, então, não é impedir-lhes ou limitar-lhes a ação. Cumpre substituí-las, escolhendo homens que não se deixem levar, no exercício desses cargos e no manuseio dos dinheiros públicos, pelos seus interesses pessoais ou outros subalternos.

É esse o dilema em que o bom-senso coloca a questão!

Por outro lado, se, ao menos, a circular excetuasse os compradores de casa própria, para os quais existe até preferência, porque há limitação de empréstimos ali, então, vinha por certo talvez dos inconvenientes que hoje se está verificando teriam desaparecido. É a inteligência das intenções do honrado Presidente da República, verifica-se que essa exceção, essa modificação bem se compreendia dentro da doutrina da circular, porque é a própria circular que executa as operações destinadas à aquisição ou construção de casa própria, requerida pelos expedicionários da FEB, da FAB, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante, observadas as prescrições legais.

Sr. Presidente, nunca serão demais os benefícios, favores e exceções que o poder público brasileiro dê a aqueles que foram em longas terras, mares e ares expor a vida pela democracia e pelo Brasil. Mas por que só excetuar os expedicionários? Acaso a família de um soldado expedicionário merece mais atenção do que a de um funcionário público modesto, um homem que por sua saúde ou falta de oportunidade não tenha podido cumprir com o dever como soldado, marinheiro ou aviador, mas o tenha cumprido aqui, trabalhando para abastecer os aliados, trabalhando para abastecer as populações civis, trabalhando para manter intacto o sistema econômico e político do Brasil, a fim de que o Brasil também sobrevivesse na retaguarda? A guerra, hoje, não é só nos campos de batalha que se trava. Trava-se nas linhas de frente o canhão, mas na retaguarda as populações civis são hoje tão metralhadas como os soldados em batalha. Se fôrem, às vezes, muito mais do que os próprios Exércitos, porque tudo o que elas derem nunca será suficientemente bom para os que estão nas linhas de frente.

Sr. Presidente, durante a guerra tive a honra e o encargo de dirigir a Central do Brasil. Com material velho, obsoleto, sem combustível, queimando o fraco, carvão nacional, queimando lenha, queimando tortas de carvão de algodão, queimando o temoinho que se catava nos pátios carvoeiros para fazer descer centenas de milhares de toneladas de minério que daqui iam se transformar, nas usinas dos aliados, em bombas que esmagariam o nazi-fascismo.

Os homens da Central do Brasil, Sr. Presidente, trabalhavam, não raro, vinte horas a fio, com todas as dificuldades decorrentes, sacrificando a saúde, sem receber tiro mas passando privações e definhando fisicamente, em consequência da má alimentação fora de hora e do desconforto da vida ao relento.

Quanto deles vi sair do serviço para os hospitais de recuperação.

Quando, de certa feita, um acidente interrompeu o tráfego na Serra do Mar por vinte e dois dias, pondo em perigo o abastecimento desta cidade, acaso não estavam em combate os estivadores daqui levados a Paulo de Frontin para fazerem o baldeio dos trens para os caminhões, trabalhando quase 24 horas por dia, com as costas sangrando pelo esforço de arrastar cargas como bestas?

Estavam combatendo, Sr. Presidente, e foi lembrando-lhes os soldados que se batiam na front, que deles optive que trabalhassem sem consideração o horário pois o essencial era garantir aos três milhões de cariocas

o abastecimento regular, que aqui embaixo estavam as famílias dos expedicionários.

Por que, então, uma exceção de tal natureza?

Eu reclamo, para os combatentes civis da retaguarda o mesmo privilégio da casa própria, que deve ser, e é na realidade, por todos os governos medianamente inteligentes, apurado e estimulado.

Os habitantes desta cidade, mais de quinhentos mil, moram em favelas, sem o menor conforto e higiene; sua vida é uma vergonha para a civilização do Brasil e o Rio de Janeiro, que, por justo título, é e será a Capital do Atlântico Sul.

Pois bem, é isso que se interrompe com a Circular!

O Sr. Ribeiro Casado — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Com todo o prazer!

O Sr. Ribeiro Casado — Onvi com atenção o discurso de V. Exa. na parte em que se refere à Circular presidencial relativa às Caixas Econômicas federais. Parece-me que não tem razão de ser a reclamação dos pretendentes a empréstimos para aquisição de casa própria contra os efeitos da medida. Segundo esta — se não me engano — não podem ser aprovadas as propostas sem, antes, se verificar se o negócio é ou não viável. Outro aspecto precisa também ser esclarecido. As Caixas Econômicas emprestam sob desconto em folha e nos Estados atualmente, há administrações cujos diretores são quase candidatos. Nessas condições, poderá comprometer-se a situação financeira de determinada Caixa Econômica se não tiver administração rígida, segura, o que não podemos prever em todos os Estados.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Então V. Exa. concorda com a suspeita de que os Diretores das Caixas Econômicas se estão utilizando das vantagens decorrentes dos cargos públicos para obterem votos. Aí, será o caso de serem demitidos a fim de servir ao público.

O Sr. Ribeiro Casado — Vossa Excelência sabe que o mandato de cada um desses Diretores é de cinco anos.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Então V. Exa. que abole o das Caixas Econômicas. Até agora, que há validade na administração do Governo — não eu — concorda em não abstrair dessa parte.

O Sr. Ribeiro Casado — Perdão! Não concordo: apenas entendo que devem ser evitados deslizes nas Caixas Econômicas.

O Sr. Lamela Bittencourt — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Agradeço a intervenção do Senador Ribeiro Casado e vejo agora que o problema é com o nobre Líder da Maioria; é em família não consigo.

O Sr. Lamela Bittencourt — Sabe bem V. Exa. que a questão não deve ser colocada nos termos em que a fixou. Não se trata de confiar ou não nos Diretores das Caixas Econômicas.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Eu confio.

O Sr. Lamela Bittencourt — Todos eles podem ser merecedores da mais absoluta confiança do Sr. Presidente da República.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — E são dignos todos do meu respeito.

O Sr. Lamela Bittencourt — Sabe V. Exa. que o Almirante Augusto do Amaral Peixoto, por exemplo, é um operoso e digno dirigente da Caixa Econômica Federal. Não se trata de pôr em dúvida, de restringir, as condições de idoneidade pessoal, moral e funcional de qualquer desses diretores. Trata-se, sim, de uma série de medidas que o Sr. Presidente da

República muito lousavelmente vem tomando, no sentido de se colocar acima de qualquer suspeita como supremo Magistrado da Nação, em face do próximo pleito de 3 de outubro. O próprio Sr. Juscelino Kubitschek, em 20 de julho, baixou decreto pelo qual susteve até depois das eleições toda e qualquer admissão nas repartições públicas e nas autarquias. Evidentemente, S. Ex.^a não está desconfiando de si próprio.

Cabe, nesse passo, repetir aquela antiga e sedida imagem literária: não basta que a mulher de Cesar seja honesta, é preciso que sua honestidade seja acreditada por todos. A medida do Sr. Presidente da República não significa desconfiança ou restrição à idoneidade, à capacidade funcional e moral de qualquer presidente ou diretor de Instituto ou caixa econômica. Visa, isso sim, a completar uma série de providências que objetivam convencer até os mais incredulos, os mais maliciosos os oposicionistas mais extremados, de que o Sr. Juscelino Kubitschek quer ver realizada, a 3 de outubro, eleições livres, limpas e corretas, sem nenhuma interferência perniciosa do Poder Público.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Agradeço a V. Ex.^a

O Sr. Lameira Bittencourt — Permite-me V. Ex.^a continuar.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — É um prazer ouvir V. Ex.^a

O Sr. Lameira Bittencourt — Não tencionava mais apartar-me para não interromper sua explicação, mas, como V. Ex.^a insiste, já replicando ao aparte do eminente Senador Ribeiro Casado, que lhe parece estar o Senhor Presidente da República com essas medidas desconfiando dos altos auxiliares da administração, eu me permito opor embargos à precipitação e à injustiça de suas palavras.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Foi o nobre colega por Alongas quem se referiu aos diretores de caixas econômicas, ou institutos, não sei bem, candidatos a postos eletivos. Não sou capaz de dizer a V. Ex.^a quais sejam. Disse-se que a medida foi tomada porque há diretores de caixas econômicas e institutos candidatos etc., etc., etc.

O Sr. Ribeiro Casado — Dá V. Ex.^a licença para um aparte? (Assentimento do orador) — Quero esclarecer que é, de certo modo, bastante reduzida a ação da Caixa Econômica sobre as suas congêneres nos Estados. O meu aparte teve por fim apenas salientar que me parece ter o Sr. Presidente da República ressalvado parte das reclamações que V. Ex.^a alega estar havendo, feitas pelos aspirantes a concessões de empréstimos, de vez que essas transações só são consideradas empréstimos após serem aprovadas e esses casos estão ressalvados na Circular n.º 14.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Agradeço a V. Ex.^a

Preliminarmente repito, uma vez mais: estou ciente das boas intenções do honrado Sr. Presidente da República, não é mais necessário argumento dessa natureza para convencer-me. Acredito na sinceridade de intenções do ilustre Sr. Juscelino Kubitschek. Não tenho por que não acreditar. Procuro apenas, com minhas pobres palavras, demonstrar que a circular e inoperante, contém injustiças e discriminações. De certo modo, chega até a levar os por ela atingidos a olhar com certa inveja e má vontade os nossos bravos expedicionários, na circular privilegiados, porque um modesto contínuo, um modesto ferroviário, portuário, comercial ou industrial, às vésperas de obter sua casa própria, é obstado nessa pretensão até 31 de janeiro. Concordo com o nobre representante pelo Pará, Senador Lameira Bittencourt, de que a eles será reconhecido, em certos casos, pela Justiça, a força maior. Vejamos, porém, com isso a

injusto: esses humildes homens juntam uns níqueis, dão-nos como "sinal"; vem a circular e suspende-lhes o empréstimo. Poderão recorrer a Justiça; mas, para isso, terão que constituir advogado, a fim de reembolsarem o "sinal". A maior parte dessas pessoas, porém, não tem dinheiro se não aquele pouco que economizou para a reserva de compra; a maior parte não sabe ou não tem meios nem contactos para ingressar na Justiça e reclamar o seu direito. Pensem agora Vv. Exas. em alguns de nós mesmos, que não somos juristas, que não temos prática nos trâmites dos tribunais. Qualquer um de nós sabe das dificuldades com que deparamos, com todas as amizades, com todas as vantagens da situação, num processo qualquer da Justiça. Imagine-se, agora, um pequeno funcionário, um pequeno trabalhador; em que condições vai enfrentar um pleito na Justiça?

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Com muito prazer.

O Sr. Lima Teixeira — Desejo apenas colaborar com V. Ex.^a nos minuciosos comentários a respeito da Circular do Presidente da República. Teve o nobre colega o cuidado de ressaltar que os propósitos da medida só podem enaltecer o Chefe da Nação. Traz, por outro lado, justas considerações em torno daqueles preteridos a empréstimos que deram sinal aos vendedores de imóveis, das dificuldades em que se encontrarão diante da suspensão dos empréstimos até 31 de janeiro. Evidentemente, o assunto merece revisão. Acredito mesmo que o Sr. Presidente da República não se oporá a que uma reconsideração seja feita no sentido de reservar sua isenção no pleito que se vai ferir. Tenho a impressão de que os fatos que V. Ex.^a acaba de rememorar influirão no sentido de se encontrar solução equânime e justa para esses casos, principalmente para aqueles em andamento e já despachados.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Agradeço o aparte de V. Ex.^a. Não diria porém os "já despachados". O nobre colega talvez não conheça o mecanismo das operações através da Caixa Econômica. Expliquei: quem pretende empréstimo para compra de casa própria, no valor de doiscentos mil cruzeiros, sabe que a Caixa Econômica só empresta 80%, ou sejam seiscentos e quarenta mil cruzeiros. O interessado tem que obter a diferença de cento e sessenta mil cruzeiros, mais o correspondente aos emolumentos, impostos e papéis. Já determinada quantia como sinal para garantir a transação através da promessa de compra e venda. Entra então com o processo na Caixa Econômica. Via de regra, há certa demora, mas é certo que a Caixa Econômica concederá o empréstimo, garantido, sem favor nenhum, pelo direito que lhe assegura a legislação referente à casa própria.

Declarou V. Ex.^a, nobre Senador Ribeiro Casado, com muito acerto, que a Caixa Econômica não está obrigada a conceder o empréstimo. Não está material e juridicamente, mas moralmente está obrigada. Se o Estado publica uma circular facilitando, estimulando e garantindo mesmo a aquisição da casa própria, se um indivíduo reuna as condições indispensáveis e val pleitear tal favor, está garantido pelas promessas previamente feitas.

Não é ainda um processo em andamento legal e juridicamente, mas é processo em andamento desde o momento em que o comprador entre com o sinal, na ideia de receber o empréstimo na Caixa Econômica; e só poderá fazê-lo depois de ter em vista o próprio a ser comprado.

O Sr. Lima Teixeira — É verdade. O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — O primeiro ato é realizado fora da Caixa Econômica, sem a menor interferência do Governo, apenas entre dois particulares. Nesse ponto, entretanto, se inicia a transação, hoje interrompida.

Sr. Presidente, não desejo fadigar o Senado com assunto que me parece esclarecido, evidenciando a inoperância, do ponto de vista eleitoral da Circular n.º 14, cujos propósitos nunca será demais kuvar.

O Sr. Abelardo Jurema — Permite V. Ex.^a uma parte?

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Pois não.

O Sr. Abelardo Jurema — Desejo esclarecer uma pequena minúcia. O dente, e V. Ex.^a o assinalou foi evidente, e V. Ex.^a o assinalou foi evitar a exploração do Poder em favor do prestígio eleitoral. Estou de acordo com o nobre colega na parte que diz respeito à suspensão de processos em andamento. Ainda antontem, em conversa com o Dr. Salyano Leite, um dos membros do Conselho Superior das Caixas Econômicas, ouvi de S. Ex.^a que aquela entidade, através de uma comissão, exporia talvez hoje ao Chefe do Executivo e ao Ministro da Fazenda o pormenor que acaba de mencionar. A circular devia abranger os processos novos, as novas autorizações. V. Ex.^a conhece bem a tramitação dos processos nos Institutos ou nas Caixas Econômicas. Há um requerimento do interessado seguida de uma autorização. De posse desta, a parte procurará seus negócios, seus apartamentos, seus prédios e efetuará uma combinação comercial. Virá, então, a juntada de documentação e a avaliação, nesse ponto começam as despesas: entre a autorização e o pagamento da avaliação. O Presidente da República, no louável propósito de manter aquelas autoridades — aliás, Circular anterior já lhes determinará o afastamento dos postos que ocupavam — pode fazer uma revisão na Circular n.º 14, atendendo aos prejuízos causados aos que pagaram a avaliação, o sinal, e suspendendo nas Autarquias, inclusive nas Caixas Econômicas, as novas autorizações, os processos novos antes do pagamento da avaliação, fase em que, repito, se iniciam as despesas, inclusive com a juntada da documentação, das certidões negativas, que vão a mais de oito e dez mil cruzeiros. Esse o esclarecimento que desejava dar. Estou certo de que os órgãos governamentais, bem esclarecidos pelos Membros do Conselho Superior das Caixas Econômicas e dos Conselhos Fiscais dos Institutos procederão à revisão da aludida Circular, a qual, como declarou Vossa Excelência, teve propósitos altamente louváveis e democráticos. Eliminando-se, portanto, da Circular n.º 14, a parte que ocasiona prejuízos evidentes a terceiros, concordará o nobre orador em que a providência do Governo atenderá aos reclamos democráticos, a fim de que cada um se eleja pelo próprio prestígio junto à opinião pública.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Agradeço o aparte de Vossa Ex.^a

Sr. Presidente, apelo ao honrado Chefe do Executivo no sentido de que reveja as rigorosas condições da Circular n.º 14. Deve-se conceder maior latitude às Administrações a fim de que pelo menos os empréstimos destinados à aquisição de casa própria, por aqueles que não possuem outro prédio, tenham andamento, independente de questão eleitoral.

Mencionel que muitos, primeiro, firmam promessa de compra de determinado prédio; e só posteriormente entram com o pedido de empréstimo na Caixa Econômica nos Institutos. Muita gente assim procede. Co-

nheço centenas de casos. Os que assim agiram estão na iminência de perder tudo, pois nenhum documento da Caixa Econômica os autorizava a iniciar a transação. Não há, portanto, caso de força maior, de mandado de segurança.

Terminando, Sr. Presidente, de fonte absolutamente idônea, responsável, chega-me comunicação que desejo transmitir ao Senado.

Não desejo e não é do meu feitio, Sr. Presidente, dramatizar as situações que precisam ser examinadas, antes firmemente, com o bom senso comum do que com exaltações e emoções. Assim, serão minhas últimas palavras de hoje a comunicação que vou ler, e que desejei ficasse registrada no meu discurso, para que o honrado Sr. Presidente da República tenha delas conhecimento e entre suas viagens nas mesmas medite, baixando seu olhar para os pequenos, que dele tanto precisam:

"No dia em que chegou ao conhecimento público a Circular n.º 14 uma moça tentou atirar-se do quinto andar da Caixa Econômica. Tinha dado todas as suas economias como sinal para aquisição de um apartamento; e consequentemente, as havia perdido."

E' só, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Não há outro orador inscrito. (Pausa). Não havendo mais quem faça uso da palavra, convoco os nobres Senadores para uma sessão extraordinária, hoje, às 21 horas e 30 minutos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão Designo para a extraordinária a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 115, de 1958, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Rubens Ferreira de Melo, Ministro Plenipotenciário de 1.ª classe, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil na Indonésia.

2 — Discussão única do Voto n.º 5, de 1958, do Prefeito do Distrito Federal ao Projeto de Lei municipal n.º 608-A-58, que dispõe sobre a concessão de gratificação aos servidores da Prefeitura do D. F., das Autarquias Municipais e do Tribunal de Contas, e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior a requerimento do Sr. Senador Gilberto Marinho) tendo PARECER n.º 313, de 1958, da Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação do voto.

3 — Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1957, de autoria do Sr. Senador João Vilaboas, que considera de magistério as funções de inspetor de ensino secundário (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Gilberto Marinho), tendo PARECER (ns. 168, 169, 170 e 315, de 1958) das Comissões: — de Constituição e Justiça, oferecendo substitutivo emenda n.º 1-C); — de Serviço Público Civil, oferecendo outro substitutivo (emenda n.º 2-C); — de Educação e Cultura, favorável à emenda n.º 2-C, com a subemenda que oferece; — de Finanças, declarando escapar a matéria à competência da Comissão.

Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 16 horas e 45 minutos).

ATA DA 94.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3.ª LEGISLATURA, EM 18 DE AGOSTO DE 1953

Extraordinária

PRESIDÊNCIA DO SR. CUNHA MELLO

Sumário

DISCURSOS PROFERIDOS

Senador Abelardo Jurema: A inauguração, em Campina Grande, da rede de abastecimento de água — Aplausos a ação desenvolvida pelo Sr. Presidente da República para a solução da água e de outros problemas das cidades nordestinas.

Senador Prisco dos Santos: Comentário de um artigo de «O Jornal» sobre a personalidade do Cel. Inocêncio Serzedello Corrêa.

MATERIAS COM DISCUSSÃO ENCERRADA

Veto n.º 5, de 1953, do Prefeito do D. P. ao Projeto da Lei municipal n.º 603-A, de 1953, que dispõe sobre a concessão de gratificação aos servidores da Prefeitura de D. F., das Autarquias Municipais e do Tribunal de Contas, e da outras providências.

Projeto de Lei do Senado n.º 2, de 1957, que considera de maquiagem as funções de inspetor de ensino secundário.

As 21 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Morão Vieira. — Cunha Mello. — Vasco dos Santos. — Lameira Dilecourt. — Púlio de Mello. — Onofre Gomes. — Fernandes Távora. — Reginaldo Fernandes. — Abelardo Jurema. — Argemiro de Figueiredo. — Ribeiro Casado. — Jorge Maynard. — Lourival Fontes. — Neves da Rocha. — Lima Teixeira. — Atílio Vivacqua. — Ary Vianna. — Moreira Filho. — Arlindo Rodrigues. — Alencastro Guimarães. — Cuiado de Castro. — Gilberto Marinho. — Mario Motta. — João Villasboas. — Gaspar Velloso. — Primio Beck. — (26).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 26 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Jorge Maynard, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Não há, sobre a mesa, expediente para leitura.

Tem a palavra o nobre Senador Abelardo Jurema, orador inscrito.

O SR. ABELARDO JUREMA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje o respeitável «O Globo» publicou, com destaque, sob o título «A União Democrática Reage à Viagem do Presidente à Paraíba», entrevista do Deputado João Agripino, em que S. Ex.ª oferece argumentos justificativos à opinião dos proceres udenistas do meu Estado, contrária à visita do Presidente da República àquela unidade da Federação.

Sr. Presidente, pela importância do órgão que divulga esse pensamento e pela responsabilidade do autor da declaração, líder na Paraíba, da União Democrática Nacional, e Deputado dos mais ilustres, faz-se preciso que, da tribuna do Senado, com a irradiação que tem esta Casa em todo o País, se esclareça que a visita do Sr. Presidente da República ao meu Estado não é a primeira e Deus queira não seja a última. Tem ela as suas razões num programa de trabalho traçado pelo Chefe da Nação para assistir a todas as Unidades da Federação com serviços e obras que imprimam desenvolvimento àquelas regiões mais carentes da assistência do Poder Público Federal.

Há mais de um ano, numa reunião em Campina Grande, de todos os Bispos do Brasil, com a presença do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, entre as reivindicações do Nordeste figurou, com o apoio unânime do Clero, o estabelecimento de trabalhos que dessem como resultado

o abastecimento da água da cidade de Campina Grande, que representa, naquela zona o centro de atividades que se irradia pelo País inteiro e até pelo mundo. Privilegiada pela sua localização, como centro geo-econômico, Campina Grande concentra grande massa populacional e suas condições de vida muito devem a atuação de um homem público, que honra esta Casa, o nobre Senador Argemiro Figueiredo...

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. ABELARDO JUREMA — ...que no seu Governo, quando a Paraíba apresentava um Orçamento de apenas quarenta e sete milhões de cruzeiros, realizou os primeiros trabalhos de abastecimento d'água, dispensando nessa obra cerca de vinte e dois milhões de cruzeiros ou seja, quase metade do Orçamento do Estado naquela época.

Campina Grande desenvolveu-se, prosperou e o problema d'água tornou-se o drama que mais afligia aquela população. Foi atendendo uma situação de penúria e de inquietação que os Bispos do Nordeste assinaram reivindicação que ecoou largamente no espírito do Sr. Presidente da República. Num pronunciamento irretorquível, anunciou S. Ex.ª, de imediato, que assistiria ao problema máximo de Campina Grande, tomando urgentes providências para o início dos trabalhos de adutora que traz a água do Boqueirão de Cabeceiras para aquela cidade.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Atendendo ao apelo do Clero e dos cem mil habitantes de Campina Grande.

O SR. ABELARDO JUREMA — Diz bem o nobre Senador Argemiro de Figueiredo: atendeu o Sr. Presidente da República a um apelo do Clero nordestino, do Clero regional e de mais de cem mil habitantes que compõem a população de Campina Grande.

Pois bem, uma obra dessa natureza, em que o Governo Federal dispendeu duzentos e oitenta milhões de cruzeiros para o fornecimento de vinte milhões de metros cúbicos de água por dia àquela cidade; uma obra desse vulto no Nordeste, dando condições de desenvolvimento a Campina Grande, município que se irradia em toda a região, não poderia passar anonimamente na opinião pública daquela cidade e, muito menos de toda a Paraíba. Daí a glorificação do Chefe do Executivo, por todos os campinenses; e a programação da inauguração festiva, realizada com o apoio popular, por intermédio de subscrições públicas. Já está em Campina Grande uma estátua, do tamanho natural, para ser inaugurada em praça pública, como gratidão do povo da cidade ao empreendimento realizado pelo eminente Sr. Presidente da República.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Do povo, sem distinção de partido político.

O SR. ABELARDO JUREMA — Diz bem o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

Será o Chefe do Governo recebido em Campina Grande pelo povo em geral; e as festas programadas estão a cargo da Associação Comercial e de outras associações de classe do Prefeito, que integra o Partido Social Progressista do lugar, enfim, com irradiação em todos os municípios e nos Estados vizinhos.

Campina Grande quer reunir, em praça pública, toda a sua gente para testemunhar ao Presidente da República o seu apreço e reconhecimento por uma das maiores obras levada a efeito, no Nordeste, por um Chefe de Governo. Assim, através de associações de classe, do Prefeito e da Câmara Municipal, que já consagraram o Sr. Juscelino Kubitschek cidadão benemérito de Campina Grande, os habitantes reuniram-se e pediram a S. Ex.ª, em faixas de não terem sido completadas no prazo fixado mandadas detalhes da adutora, devido às chuvas torrenciais que caíram naquela cidade, transferisse a inauguração, a qual deveria ocorrer a 30 de julho passado.

O Sr. Presidente da República aguarda, portanto, que os técnicos, os órgãos responsáveis pelos trabalhos da adutora do Boqueirão de Cabeceiras, da estação de tratamento e das obras de abastecimento de água de Campina Grande marquem, definitivamente, uma data para que se inaugure aqueles serviços.

Amanhã, dia 19 de agosto, estarão completados os trabalhos; e Campina Grande sentirá, de perto, a ação benfazeja de um Chefe de Governo humano e de larga atuação em todos os Estados da Federação.

Lendo no «O Globo», a entrevista do nobre Deputado João Agripino, o leitor carioca, o homem da rua, tem a impressão de que aquela solenidade está sendo organizada para o P.S.D. auferir vantagem no próximo pleito de 3 de outubro.

Já afirmel desta tribuna, com toda a sinceridade, replicando ao Sr. Ministro José Américo sobre os trabalhos das obras contra as secas que é impossível se separar a ação de um Presidente ativo e dinâmico do prestígio que envolve o P.S.D., de cujas hostes saiu S. Ex.ª para a Presidência da República; é impossível separar-se a ação presidencial, a presença do Chefe do Governo numa cidade como Campina Grande, ou em qualquer outra do Brasil do prestígio que daí decorre para as hostes que apoiam e apoiaram o Sr. Presidente da República na sua campanha e hoje no seu Governo.

Daí se concluir que essa solenidade tem sentido eminentemente político é uma ofensa ao povo de Campina Grande, que se reúne há seis meses e se prepara para receber o Presidente da República e testemunhar-lhe sua gratidão. Organizou-se um movimento popular, que arreadou oitocentos mil cruzeiros para pagamento da estátua de S. Ex.ª em tamanho natural, a ser inaugurada na praça pública daquela cidade, com ajuda do Governo ou das cofres da

Municipalidade. Trata-se de ação popular, de todos os Vereadores que integram a Câmara Municipal de Campina Grande, dos membros da Associação Comercial e Rural de toda as classes do Município, porque só mesmo o campinense, que sofreu o drama da falta d'água, poderá sentir agora a expansão, a exaltação de ver concluída, no período programado pelo Sr. Presidente da República, obra que a prefeitura não teria possibilidades jamais de executar, e tampouco o próprio Estado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, desta tribuna quero fazer sentir, através da imprensa, a opinião pública do País a festa com que Campina Grande receberá o Presidente da República, ainda este mês provavelmente no dia 29. É uma festa de todos; é uma festa do Nordeste; é uma festa do povo a um Presidente do povo. Estava ela programada como consequência dessa inauguração. Nenhum representante do Governo Federal foi a Campina Grande trazer programas, sugerir ou deliberar. Lá estão apenas engenheiros do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e do Escritório Saturnino de Brito. Lá estão técnicos, construindo uma obra gigantesca, realizando um trabalho que profetiza tão apenas o governo do Sr. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, mas sua administração, o Ministério da Viação e Obras Públicas, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e o Escritório Saturnino de Brito. O Senador Argemiro de Figueiredo, que é campinense, as faixas de suas definições de respeito ao Presidente da República, acolheu do Senado e pela imprensa, congratulou-se com S. Ex.ª, com sinceridade e entusiasmo, pela grande obra que o Presidente acabava de anunciar e de realizar.

Agora, Sr. Presidente, procura-se empanar com preocupações provincianas uma solenidade que tem grande sentido nordestino. A viagem do Sr. Presidente da República não está programada porque estamos às vésperas de um pleito. Essa obra se realiza há um ano e meio, e estava com seu término fixado para 30 de julho; todavia, contingências superiores ao esforço dos técnicos tiveram, não que estes assim sugerissem, mas sim que o povo de Campina Grande, através de seus órgãos de classe, encarecesse ao Sr. Presidente da República a necessidade de vir a inauguração. Esse povo queria ir à rua consagrar o Sr. Presidente da República numa obra acabada e perfeita; e essa obra está concluída e para ser inaugurada no dia e hora que o Sr. Juscelino Kubitschek determinar.

Sr. Presidente, vim à tribuna para esclarecer devidamente que as solenidades de Campina Grande serão promovidas pelos paraibanos e contrário com a presença de representantes dos Governos dos Estados vizinhos dos Bispos de toda aquela região e de representações dos órgãos de classe; enfim, Campina Grande honrará o Sr. Presidente da República pelas suas classes, pelas suas forças populares, pelo seu povo.

Campina Grande é senhora do seu destino; marcou sua festa, programou as solenidades e vai realizá-las para consagrar um Presidente da República que se ajeitou aos seus maiores gritos no sofrimento e no desespero. Vai consagrar a atuação de um Presidente e a ação dos técnicos a serviço do seu progresso.

Campina Grande não vai fazer política numa obra de tão largo sentido social e econômico.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ABELARDO JUREMA — Aceito o aparte de V. Ex. com satisfação.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Ainda hoje tive oportunidade de declarar-lhe que a entrevista que Vossa Excelência está comentando com o brilho que lhe é peculiar, revela desespero de causa ou ausência de bom senso. Mesmo porque nenhuma razão de ordem moral ou política impede que o Presidente da República, mesmo em vésperas de eleição, inaugure uma obra daquele vulto, que vai beneficiar uma cidade de tão grande população que esteve cercada em seu progresso. Ante uma obra tão importante, que custou à administração federal duzentos e oitenta milhões de cruzeiros é natural que o Presidente compareça. É um dever elementar de S. Ex.ª, um dever da própria Administração, dar esse realce para servir de exemplo ao resto da Nação, comparando as festas de inauguração de uma obra que o povo paraibano reclama com tanto interesse.

O SR. ABELARDO JUREMA — Esclarece bem o Senador Argemiro de Figueiredo a atitude do Chefe da Nação; tem sido uma preocupação constante do Sr. Presidente da República manter-se, tanto quanto possível, equidistante das paixões e das facções em luta, se bem que no seu coração pulse, sem dúvida, o sentimento partidário, como em todos os corações e em todos os pensamentos dos homens de responsabilidade que sabem ser fiéis aos seus Partidos e às suas bancadas.

Nos últimos tempos, o Sr. Presidente da República tem adotado atitudes e providências que o credenciam ao reconhecimento da opinião pública do País pela sua atuação equidistante do entrecchoque das paixões.

Se o Chefe do Executivo fosse à Campina Grande por motivos de somenos importância, se S. Ex.ª realizasse mesmo as suas visitas costumeiras às unidades da Federação, está bem que se dissesse e se proclamasse que tudo isso tinha o sentido encoberto de fortalecer ou prestigiar os candidatos do Partido Social Democrático ou do Partido Trabalhista Brasileiro ao pleito de três de outubro próximo. Entretanto, como bem disse o Senador Argemiro de Figueiredo, trata-se de uma obra de porte, de vulto e, sobretudo, de uma obra realizada por esse Governo, numa cidade que tem participado, ativamente, do desenvolvimento nacional, inclusive pelo seu intenso comércio de exportação de minérios, de peles, de algodão, que se faz sentir em todas as grandes cidades do mundo, no Japão, nos Estados Unidos da América do Norte, na Alemanha, na Espanha.

Sim, Campina Grande é uma praça conhecida e reconhecida como grande centro de comércio exportador.

Quando o Sr. Presidente da República, dirigindo os trabalhos do Primeiro Encontro dos Bispos, marcado para aquele grande centro exatamente

te pela sua expressão social e econômica, sentiu que a alma campinense, ansiava por ver resolvido o mais agudo problema daquela cidade, numa homenagem dos Bispos e de todas as autoridades presentes ao espírito progressivo de Campina Grande, quando S. Ex.ª auscultou os sentimentos da alma popular paraibana em torno do amparo e da assistência à Campina Grande, imediatamente às suas palavras se seguiu a ação e os trabalhos lá estão, glorificando-lhe o Governo e exaltando o cumprimento da sua promessa.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer, numa homenagem à Imprensa e ao povo carioca, a fim de que não pensem de modo diferente na hora em que o Nordeste se reúne, numa de suas maiores cidades, para o testemunho do sentimento mais profundo que vai na alma paraibana — a gratidão à ação assistencial do Sr. Presidente da República. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua o expediente.

O SR. PRISCO DOS SANTOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, no mês próximo passado, ocupei a tribuna para exaltar a personalidade de grande brasileiro que foi o General Inocêncio Serzedelo Corrêa, quando, da comemoração do centenário de seu nascimento.

Volto hoje, para ler o artigo publicado em *O Jornal* que rememora episódio da vida desse ilustre patriota. Faço-o para que conste dos Anais o relato de mais uma das virtudes que exornaram o caráter do General Serzedelo Corrêa, que, no exercício dos cargos públicos, sempre agiu com probidade exemplar.

O artigo a que me refiro, Senhor Presidente, da autoria do Sr. Brasil Gerson, publicado em *O Jornal* do dia 13 de julho de 1958, com o título seguinte:

"O dinheiro imprevisto", é o seguinte:

"Quando Nilo Peçanha assumiu a presidência da República por um ano e meio, ao morrer Afonso Pena, chamou para a Prefeitura um dos que mais tinham trabalhado para que o Brasil se convertesse numa República — ou seja o então Coronel Serzedelo Corrêa, colaborador muito íntimo de Benjamin Constant na articulação do golpe de 15 de novembro contra o gabinete liberal do Visconde de Ouro Preto.

Positivista "enragede", era Serzedelo um homem que se impunha, sobretudo, pela sua honestidade pessoal, e disso de novo daria prova no exercício de mais essa alta função, pois na verdade como militar e administrador muitas outras já lhe haviam sido confiadas antes ou ainda o seriam depois.

Tinha ele vários projetos a executar, entre eles a urbanização da Praça Malvinos Reis (hoje com o seu nome) em Copacabana a criação da praça da Bandeira mediante o seccionamento da Rua de São Cristóvão e da Mariz e Barros (que vinha até o canal do Mangue) e a demolição de parte do largo do Matadouro e numerosos calçamentos de ruas e sensíveis melhoramentos em Vila Isabel.

Mas a dificuldade estava na obtenção de recursos para tudo isso, mesmo porque no Conselho Municipal nem todos os Vereadores pareciam dispostos a prestar-lhe nesta emergência a colaboração necessária.

Funcionava o governo municipal no velho Paço da Praça da República, entre a Rua de São Pedro e do Sabão ou General Câmara (demolidas para a Avenida Vargas). certa manhã seus auxiliares de maior confiança (um deles o jornalista Aníbal Duarte ainda hoje da bancada de imprensa do Senado) verificaram que no seu gabinete existia uma gaveta fechada, sem que se soubesse da chave capaz de abri-la.

Nesse caso arrombem-na. Arrombou-a um velho contínuo da casa, na presença dele, e o que ela continha era nada menos que um pacote com ... 20.000 contos de títulos da Prefeitura ao portador...

— Ótimo! — disse ele. Já temos o dinheiro para as nossas obras sem necessidade de apêlo aos Vereadores...

O Tesoureiro Bastinhos foi encarregado de cuidar da fortuna, aparecida assim de maneira tão surpreendente, e na Bolsa o corretor que os negociou obteve com eles um lucro de 5%, vendendo-os acima do par — lucro esse, cerca de mil contos, que lhe parecia tocar ao Prefeito ou que poderia ser distribuído, se assim o entendesse, entre os membros do seu gabinete.

Nada disso, meu amigo. O dinheiro a mais vai também para as obras. Anote-o logo nos seus livros, Senhor Bastinhos.

E foi assim que tanta coisa fez Serzedelo em benefício da cidade, no curto mas brilhante governo de Nilo Peçanha — um governo com o qual mais tarde muita semelhança teria, quanto a esses seus méritos, o do Sr. Café Filho.

O Centenário de seu nascimento acaba de ser comemorado agora, e homenageando sua memória o veterano Aníbal Duarte distribuiu entre amigos e admiradores do honesto republicano histórico alguns exemplares, que ainda lhe restavam, da plaquete "Páginas do passado" por ele publicada em 1919, e com um prefácio de sua autoria, isto é, de autoria do próprio Aníbal.

Essas páginas referem-se a episódios relacionados com a conspiração militar, de que resultaria o 15 de novembro, e a participação dele, Serzedelo, no atribulado governo de seu amigo Floriano".

Sr. Presidente, ao proceder a leitura desse artigo li-lo com o intuito de mais uma vez, homenagear e reverenciar a memória do grande brasileiro Inocêncio Serzedelo Corrêa, filho do meu Estado, merecedor pelos seus atos, pelo seu passado e pela sua vida pública, da gratidão de todos aqueles que desejam e aspiram para o nosso Brasil dias felizes, de progresso e de prosperidade.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a hora do Expediente. Passo à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 115, de 1958, pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Rubens Ferraes de Melo, Ministro Plenipotenciário de 1.ª classe, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil na Itália.

O SR. PRESIDENTE:

Tratando-se de matéria a ser apreciada em sessão secreta, deixa-se de realizar-se, porque estão presentes apenas vinte e cinco Senhores Senadores, número insuficiente para votação.

Passa-se aos outros itens da Ordem do Dia, que consubstanciam proposições a serem apreciadas em sessão pública.

Discussão única do Veto n.º 5, de 1958, do Prefeito do Distrito Federal ao Projeto de Lei Municipal n.º 608-A-58, que dispõe sobre a concessão de gratificação aos servidores da Prefeitura do D. F. das Autarquias Municipais e do Tribunal de Contas, e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior a requerimento do Sr. Senador Gilberto Marinho), tendo Parecer n.º 313, de 1958, da Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação do veto.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. (Pausa).

Nenhum Senhor Senador pedindo a palavra, declaro encerrada a discussão. Deixo de submeter à votação por falta de número.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1957, de autoria do Sr. Senador João Villasboas, que considera de magistério as funções de inspetor de ensino secundário (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Gilberto Marinho), tendo Pareceres (ns. 168, 169, 170 e 315, de 1958) das Comissões de Constituição e Justiça oferecendo substitutivo (emenda n.º 1-C); de Serviço Público Civil oferecendo outro substitutivo (emenda n.º 2-C); de Educação e Cultura favorável à emenda n.º 2-C com a subemenda que oferece; de Finanças, declarando escassar a matéria à competência da Comissão.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto com emendas. (Pausa). Nenhum Senhor Senador pedindo a palavra, declaro encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de número.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos para depois da Ordem do Dia. (Pausa).

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA

1 — Votação, em discussão única, do Veto n.º 5, de 1958, do Prefeito do Distrito Federal, ao Projeto de Lei Municipal n.º 608-A-58, que dispõe sobre a concessão de gratificação aos servidores da Prefeitura do D. F. das Autarquias Municipais e do Tribunal de Contas, e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Gilberto Marinho).

Lei municipal n.º 608-A-58, que dispõe sobre a concessão de gratificação aos servidores da Prefeitura do D. F., das Autarquias Municipais e do Tribunal de Contas, e dá outras providências (Incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Gilberto Marinho), tendo Parecer n.º 213, de 1958, da Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação do veto.

2 — Votação, em primeira discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1957, de autoria do Sr. Senador João Vilasboas, que considera de magistério as funções de inspetor de ensino secundário —

(Incluído em Ordem do Dia, em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Gilberto Marinho), tendo Pareceres (ns. 162, 169, 170 e 315, de 1958), das Comissões: — de Constituição e Justiça, oferecendo Substitutivo (emenda n.º 1-C); de Serviço Público Civil, oferecendo outro Substitutivo (emenda n.º 2-C); de Educação e Cultura, favorável à emenda n.º 2-C, com a subemenda que oferece; de Finanças, declarando escapar a matéria à competência da Comissão.

3 — Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 115, de 1958,

pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Rubens Ferreira de Melo, Ministro Plenipotenciário de 1.ª classe, para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil na Indonésia.

4 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 64, de 1958, que cria no Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região dois (2) cargos de Juiz, e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis: — (sob ns. 300 e 301, de 1958) — das Comissões: de Serviço Público Civil; e de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 22 horas e 10 minutos.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA N.º 35 — DE 18 DE AGOSTO DE 1958

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Oficial Legislativo, padrão PL-6 Aroldo Moreira, da Diretoria do Arquivo para a da Ata.

Secretaria do Senado Federal, em 18 de agosto de 1958. — Luiz Nabuco — Diretor Geral.